



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Direito

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

Dissertação De Mestrado

**A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
e a Estabilidade Económica de Moçambique**

Mestranda:

Helen Solange Soares Omar

Supervisor:

Prof. Doutor Almeida Machava

Maputo, Janeiro 2025



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Direito

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

Dissertação De Mestrado

**A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
e a Estabilidade Económica de Moçambique**

Dissertação de mestrado apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade
Eduardo Mondlane como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestrado em
Cooperação e Desenvolvimento, sob
orientação do Prof. Doutor Almeida
Machava

Helen Solange Soares Omar

Maputo, Janeiro de 2025

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS	v
ABSTRACT	viii
ABREVIATURAS.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
i. Contextualização do tema:.....	1
ii. Delimitação do tema	2
iii. Formulação do problema.....	2
iv. Justificativa.....	3
v. Relevância.....	3
vi. Objectivos.....	4
vii. Metodologia utilizada	4
viii. Revisão da Literatura.....	5
ix. Organização do trabalho	7
CAPÍTULO I.....	8
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	8
1. Desenvolvimento	8
1.1. Principais Dimensões do Desenvolvimento:	8
1.2. Características do Desenvolvimento Sustentável:	9
1.3. Indicadores de Desenvolvimento:.....	9
1.4. Perspetivas de Desenvolvimento:	10
2. Conceito	10
3. Evolução Histórica da CID	13

Capítulo II.....	25
A ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE.....	25
4. A Estrutura Económica Pré-Independência.....	25
4.1 Pós-Independência e Regime Socialista (1975-1987)	27
4.2. O Período Do Ajustamento Estrutural (1987-2000).....	28
4.3. Descoberta de Recursos Naturais e Cooperação Contemporânea (2000-presente).....	29
5.0. Actual Estrutura Económica	29
5.1. Desafios Económicos e Perspectivas Futuras:.....	31
Capítulo III.....	32
A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A ESTABILIDADE ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE.....	32
6.0. Caracterização Geral da Cooperação Internacional de Moçambique	32
6.1. Política Nacional de Cooperação Internacional de Moçambique.....	34
6.1.1. Princípios Fundamentais da Política Nacional de Cooperação Internacional	34
6.1.2. Objectivos da Cooperação Internacional de Moçambique	36
6.2. Principais Parceiros de Cooperação de Moçambique.....	39
7.0 A Influência da Cooperação para o Desenvolvimento Sócio Económico do País	42
8.0 Relação entre a CID e a Estabilidade Económica em Moçambique.....	45
8.1. Desvantagens que Afectam a Estabilidade Económica	48
9.0 Fiscalização dos Fundos Externos em Moçambique	52
9.1 Desafios na Fiscalização	55
CONCLUSÕES	58
RECOMENDAÇÕES.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Helen Solange Soares Omar, declaro, por minha honra, que a presente dissertação é da minha autoria, elaborado em conformidade com o Regulamento para obtenção do Grau de Mestrado, vigente na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. Sendo fruto da minha investigação pessoal, este trabalho, nunca foi apresentado em nenhuma instituição de ensino para a obtenção de qualquer grau académico, constituindo, por isso, um trabalho original, cujas fontes consultadas para a sua elaboração, foram devidamente indicadas no texto e na bibliografia.

Autora

(Helen Solange Soares Omar)

Maputo, Janeiro de 2025

DEDICATÓRIA

À **Helena Tereza de Castro Soares Omar**, minha mãe, a pessoa que me deu a vida, e com muito amor e esforço apoiou sempre as minhas escolhas, encorajando-me a seguir até ao fim.

AGRADECIMENTOS

À Deus, porque tudo que sou e tenho é graças à Ele, a minha proficiência e capacidade vêm Dele, e através da sua palavra sempre me inspirou para fazer o meu melhor.

À minha mãe, *Helena Omar* que, com seu amor de mãe, foi sempre paciente e compreensiva, deu de tudo e um pouco mais para que eu pudesse completar este ciclo.

In memoriam, ao meu pai, *Amade Omar*, que muito cedo partiu para glória de Deus, mas deixou os seus valores que, até hoje, estão inscritos no meu coração e fazem de mim a pessoa que sou.

In memoriam, ao meu irmão, *Edson Omar*, que foi como um pai para mim, enquanto vivo, protegia-me de tudo e de todos, foi um exemplo de inteligência e humildade e, quem me motivou para escolha do meu curso.

Ao meu esposo e melhor amigo, *Domingos Júnior*, por ter sido o meu importante suporte durante o curso, por ter acreditado em mim, mesmo quando eu não acreditava e, principalmente, por estar sempre, ao meu lado, nesta caminhada.

A minha primogénita *Aillen Omar João*, que nasceu no decorrer da preparação da dissertação e com certeza a sua existência fortaleceu-me para que eu fizesse o meu melhor, mostrou o quanto posso ser forte, e pelo tempo que sentiu saudades da mãe

Aos meus irmãos, *Denisse Omar* e *Haider Omar*, pelo apoio e amor incondicional em todos momentos da minha vida.

Ao meu supervisor, *Doutor Almeida Machava*, pelos conhecimentos a mim transmitidos e, por toda a disponibilidade para orientar-me na elaboração deste trabalho.

À *Doutora Carla Caomba*, por toda a ajuda para realização deste trabalho, por acreditar no meu potencial e me inspirar sempre a ser uma pessoa melhor.

Aos meus queridos tios e primos, *Alice Soares*, *Guilherme Constança*, *Nirva Constança* e *Michel Constança*, por me acolherem em sua casa sempre que necessário fosse, e por todo apoio nesta.

Por último, aos preciosos *docentes* que a cada aula foram ocupando com os seus ensinamentos o lugar que antes pertencia à ignorância.

*"Nenhum desafio global é grande demais quando a cooperação transforma fronteiras em
pontes para o desenvolvimento "*
(Desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho visa estudar, à problemática da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) na Estabilidade Económica de Moçambique tem como objectivo analisar o papel e influência da CID para a estabilidade económica de Moçambique, neste sentido pretendemos debater qual a relação que se pode estabelecer entre a CID e a estabilidade económica em Moçambique, e também em que medida a CID pode ser eficaz e eficiente na estabilidade económica de Moçambique, para o efeito pretendemos olhar para as vantagens e desvantagens da CID em Moçambique, debruçar essencialmente sobre a dependência dos recursos externos. Outrossim, pretendemos usar como metodologia, a pesquisa bibliográfica, documental, método dedutivo, comparativo e pesquisa de levantamento ou colecta de dados. Este estudo, surge pela necessidade de compreender e melhorar o uso de toda ajuda externa recebida de modo a considerar a CID eficiente e eficaz na estabilidade económica do país.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Economia, Moçambique.

ABSTRACT

The present work aims to study the issue of International Development Cooperation (CID) in the Economic Stability of Mozambique. It aims to analyze the role and influence of the CID on the economic stability of Mozambique, in this sense we intend to debate what relationship can be established between the CID and economic stability in Mozambique, and also to what extent the CID can be effective and efficient in the economic stability of Mozambique, to this end we intend to look at the advantages and disadvantages of the CID in Mozambique, essentially focuses on dependence on external resources. Furthermore, we intend to use bibliographical and documentary research, deductive, comparative and survey research as methodology. This study arises from the need to understand and improve the use of all external aid received in order to consider the CID efficient and effective in the country's economic stability.

Keywords: International Cooperation for Development, Economy, Mozambique.

ABREVIATURAS

AP – Ajuda Pública

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

al.(s) – Alínea(s)

art.(s) – Artigo(s)

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

Cfr. – Confira, Conforme

CI- Cooperação Internacional

CID- Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CRM – Constituição da República de Moçambique

Dr.- Doutor

ed. – Edição

Ibidem – Mesma Obra (Artigo), mesmo autor

Idem- do mesmo autor

Nº(s) – Número(s)

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica

Op. Cit. – Obra Citada

pág. – Página(s)

PED – Países em Desenvolvimento

PNCI-Política Nacional de Cooperação Internacional de Moçambique

Ss- seguintes.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como tema «*A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Estabilidade Económica de Moçambique*» e, foi realizado como requisito parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane.

i. Contextualização do tema:

“A cooperação internacional para o desenvolvimento é um dos mais importantes caminhos para o desenvolvimento igualitário do mundo e melhora na qualidade de vida da população de muitos países pobres”¹ incluindo assim a tão almejada estabilidade económica.

O facto de Moçambique estar entre os países mais pobres do Mundo, “com PIB per capita de cerca de 475 dólares”² transforma-o num alvo óbvio para o apoio dos doadores - especialmente na actual conjuntura internacional, em que a redução da pobreza (condensada nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) tornou-se o objectivo dominante da ajuda fornecida pelos países doadores. Além disso, Moçambique tornou-se especialmente atraente para os doadores por causa da noção que existe de que o país está empenhado em políticas a favor dos pobres, em reformas estruturais necessárias, e actualmente numa gestão macroeconómica sólida e na boa governação, assim como os desafios que define para combater o terrorismo, e restaurar a paz entre os povos.

As doações no âmbito da cooperação visam o desenvolver o sector envolvido, no entanto vamos analisar um movimento inverso a esta intenção, e procurar entender a razão de ser deste problema e possíveis soluções.

¹ MANCCINI, Giulia, (2013), *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*, pág. 3.

² IN: www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024

ii. Delimitação do tema

Para melhor percepção do tema proposto, urge a necessidade de delimitar o âmbito do estudo, visto que o mesmo pode ser objecto de análise em várias perspectivas. Dentro da sistematização da Faculdade de Direito da UEM, o tema enquadra-se na cadeira de Políticas de Cooperação e Direito Internacional do Desenvolvimento, nas questões atinentes a problemática das políticas de cooperação internacional, e ainda na cadeira de Economia do Desenvolvimento, nas questões atinentes a produção e distribuição da riqueza.

Neste sentido, a abordagem do presente tema, será feita de forma restrita, buscando apenas as questões relevantes sobre o problema e sua delimitação no âmbito das duas cadeiras mencionadas, excluído assim outros tipos de problemas fora deste âmbito como o sociológico, economia *stricto sensu*, entre outras. Pretendemos focar na realidade moçambicana, tão somente excluindo outras realidades.

iii. Formulação do problema

A prevalência das políticas de cooperação internacional, visando o Desenvolvimento sócio-económico do País, é bastante notória nos últimos anos, mais frequente tornou-se falar da cooperação, quando os autores externos canalizaram (e canalizam) bastantes recursos para Moçambique devido às calamidades naturais sofridas no Centro e Norte do País, a pandemia da COVID-19, e ainda à instabilidade militar em curso no Norte do País; consta que da mesma forma que estes factos supervenientes prejudicaram o desenvolvimento socioeconómico do País, por outro lado, a Cooperação Internacional, pretende trazer o equilíbrio e a estabilidade face a estes elementos que prejudicam a estabilidade económica.

Contudo, dados estatísticos revelam um sentido inverso a esta intenção da CID, na medida em que há maior alteração dos preços dos produtos e serviços, oscilações bruscas das taxas de juro, aumento das desigualdades sociais, aumento do desemprego, e mais ainda, uma evidente e total dependência do país para a ajuda externa, todos estes factos, fazem duvidar que os objectivos da CID realmente estão a ser efectivados, se a ajuda externa está ser aplicada para os fins projectados ou, em outras palavras, se tal intervenção internacional facilita a almejada estabilidade económica do país.

Assim, o trabalho pretende responder às seguintes questões:

- *Qual é a relação que se pode estabelecer entre a CID e a estabilidade económica dos países?*
- *Em que medida a CID é eficaz e eficiente na estabilidade económica de Moçambique?*

iv. Justificativa

A escolha deste tema prende-se com razões de natureza científica, actualidade e pessoais:

Como razões de natureza científica, temos a vontade de contribuir, com ideias científicas em geral, sobre a temática da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o seu papel e importância, em particular, chamar atenção sobre a pertinência desta na conjuntura económica do País, pois que a estabilidade económica é o pré-requisito para o desenvolvimento sustentável de um país.

Como razões de natureza actual, temos a vontade de explorar, analisando os vários debates levados a cabo na academia a respeito dos recursos internacionais, e do seu mau uso ou má gestão, que acaba afectando o objectivo daquela cooperação, e ademais minando as expectativas que os autores internacionais esperam. Daí a vontade e necessidade de aprofundar o tema.

Como razões de natureza pessoal, temos o gosto pela área da Cooperação Internacional, bem como a área económica, e a motivação de relacionar estas duas áreas para um novo progresso intelectual.

v. Relevância

Este estudo é relevante porque traz uma abordagem teórica e prática sobre a dificuldade de alcançar a estabilidade económica de Moçambique dependendo principalmente das políticas de Cooperação Internacional.

Do acima mencionado, aferimos que muitos são os esforços na arena internacional de cumprir os objectivos do desenvolvimento sustentável, dentre outros de reduzir a pobreza e de alcançar a estabilidade económica dos povos, no entanto vamos ver porque esta cooperação parece utópica para o objectivo da estabilidade económica. A relevância traduz-se no facto de este estudo permitir o enriquecimento do conhecimento prático e teórico desta temática, muito importante no dia-a-dia do povo moçambicano.

vi. Objectivos

Geral:

- Analisar o papel e influência da CID para a estabilidade económica de Moçambique

Específicos:

- Explicar na generalidade a cooperação internacional para o desenvolvimento;
- Identificar a estrutura económica de Moçambique;
- Discutir a relação entre a CID e a estabilidade económica;
- Sugerir novas estratégias na CID de modo a permitir uma real estabilidade económica de Moçambique.

vii. Metodologia utilizada

Todo o trabalho científico para a sua realização carece de um método através do qual se chegará ao resultado almejado. Para este trabalho serão empregues os seguintes métodos:

- **Pesquisa bibliográfica**³ que consiste na leitura e análise de artigos, livros e monografias, sobre a matéria objecto do trabalho o que servirá de auxílio para a realização do presente trabalho;
- **Método dedutivo**⁴ consiste em partir de uma abordagem geral para um particular, com a qual pretendemos analisar alguns trabalhos científicos.
- **Pesquisa documental**⁵ que consiste na recolha e leitura dos documentos relevantes para o trabalho, da legislação nacional e estrangeira pertinentes em matérias de CID.
- **Método comparativo**⁶ consiste no estabelecimento de comparações entre a gestão dos recursos financeiros internacionais, permitindo-nos que compreendêssemos as medidas adoptadas por cada país.

³ FONSECA, Regina Célia Veiga da. *Metodologia do Trabalho Científico*. IESDE Brasil SA, Curitiba, 2009, pág.21

⁴ OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer projectos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 5ª ed, Rio Janeiro : Esvier Editora Lda,2011, pág.21.

⁵ Idem, pág.22.

⁶ ALMEIDA, Carlos Ferreira de. CARVALHO, Jorge Morais. *Introdução ao Direito Comparado*. 3ª ed. Almedina, Lisboa, 2015, pág. 14.

- **Colecta de dados: Entrevista⁷** é a fase da pesquisa que tem por objectivo captar informações sobre a realidade. A entrevista é uma das formas mais usadas para a coleta de dados junto de informantes chave. A entrevista integra a comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa. Neste caso de estudo, foi feita uma entrevista estruturada, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação concretamente Gabinete do ordenador nacional para cooperação Moçambique/ União Europeia. Para tal, foi estabelecido um roteiro com uma série de perguntas. Importa referir que, embora esses sejam os métodos de base, identificados para o trabalho que se pretende realizar, *aposteriori* poderão ser empregues outros métodos que se mostrarem indispensáveis para o sucesso da pesquisa.

viii. Revisão da Literatura

A autora **Giulia Mancini**, discute na sua obra o conceito da CID, bem como a relevância da mesma no desenvolvimento socioeconómico dos países, a mesma advoga que, “A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pode ser entendida como o conjunto de acções direccionadas e executadas por actores públicos e privados de distintos países que buscam, conjuntamente, promover um progresso mais justo e equilibrado no mundo, objectivando a construção de um planeta mais seguro e pacífico.”⁸

De igual modo a autora demonstra que a CI tem dois lados, o lado benéfico, mas também o prejudicial para o próprio desenvolvimento, daí, ela afirmar que “A questão da eficácia da Cooperação é bem delicada, pois em síntese, nenhuma ajuda será suficiente para solucionar por si só os problemas inerentes ao subdesenvolvimento. Muito pelo contrário, como abordado inicialmente, a cooperação é uma forma de auxílio a políticas

⁷ FONSECA, Regina Célia Veiga da. *Metodologia do Trabalho Científico*. IESDE Brasil SA, Curitiba, 2009, págs.36-37

⁸ MANCCINI, Giulia, (2013), *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*, pág. 18.

internas e internacionais já voltadas a busca de objectivos comuns, como os Objectivos do Milénio.”⁹

O autor **Tony Tibana** fala da influência da cooperação internacional para o orçamento do Estado moçambicano, e o quanto tal influência afecta na distribuição de recursos por todo país, assim ele escreve “O envolvimento excepcionalmente grande dos doadores em Moçambique, relativamente à dimensão do orçamento do Estado (e da economia) faz com que os doadores estejam entre os actores mais importantes e influentes no processo orçamental. Na verdade, eles influenciam a afectação de recursos, quer directamente através das suas próprias afectações de fundos destinadas a sectores, projectos e actividades específicos, quer indirectamente através dos mecanismos de diálogo e dos condicionalismos que fazem parte dos procedimentos de apoio orçamental geral.”¹⁰

O autor **João Mosca** fala sobre “o papel da cooperação na estabilidade do país, a cooperação é utilizada para a intervenção dos doadores nas políticas internas de Moçambique. A nível micro, foi exposto o potencial das organizações não governamentais nos critérios de distribuição de alimentos; Adam Yussuf enquadra a cooperação no quadro das políticas económicas e no quadro das estratégias externas, desmistificando a ideia da generosidade dos doadores.”¹¹

Paul Samuelson, por sua vez debate sobre o “papel do Governo na estabilidade económica. O governo tem um papel vital na estabilização e na manutenção de um ambiente económico saudável. Deve assegurar o respeito pelas leis, o cumprimento dos contratos, combater a corrupção e orientar as suas políticas no sentido da concorrência e da inovação. O governo deve desempenhar um papel de liderança no investimento em infra-estruturas de capital, em educação, saúde, comunicações, energia e transporte, mas deve atribuir ao sector privado as actividades em que não tem vantagem comparativa. O governo deve resistir à tentação de produzir de tudo no país. Um firme compromisso de abertura ao comércio e

⁹ MANCCINI, Giulia, Op.cit. pág. 28.

¹⁰ TIBANA, Tony Hodges Roberto (2005). *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*, 1ª Ed. Principia, pág.165.

¹¹ MOSCA, João. (2005) *Economia de Moçambique: Século XX*. Instituto Piaget, pág. 394.

investimento estrangeiro ajudará a assegurar que um país caminha rapidamente em direcção às melhores práticas mundiais nos vários sectores.”¹²

ix. Organização do trabalho

Para além da introdução, conclusões e sugestões o trabalho encontra-se estruturado em três partes a saber:

Primeiro capítulo, intitulado “Considerações Gerais sobre a CID”, nele referimo-nos às generalidades da CID e a Economia do Desenvolvimento, onde abordaremos a evolução da CID dentro da Economia, o papel desta Economia, falaremos também da CID vista pelo Direito Internacional, do Paradigma dos Projectos Sectoriais, bem como o Paradigma do *Washington Consensus* e por fim, a adesão de Moçambique aos Organismos Económicos Multilaterais de Cooperação.

Segundo capítulo, intitulado “A Estrutura Económica de Moçambique” no qual abordaremos sobre a estrutura económica de Moçambique, nele faremos análise da evolução histórica da conjuntura económica em Moçambique, o Período da Pré-Independência, a Experiência Socialista (1975-1986), o Período de Ajustamento estrutural (1987-2000), e o Século XXI.

Terceiro capítulo, “A Cooperação Internacional e a Estabilidade Económica de Moçambique” parte falaremos da Consequências da Cooperação Internacional na Estabilidade Económica em Moçambique, e da Eficácia ou ineficácia e Eficiência ou ineficiência da Cooperação Internacional do Desenvolvimento em Moçambique.

Por fim, na quarta parte do trabalho faremos uma Ilustração de casos práticos em Moçambique e no Direito comparado a respeito da problemática levantada, de modo a apresentação sugestões ao problema.

¹² SAMUELSON Paul, NORDHAUS William. (2012) *Economia*, 19ªEd. Porto Alegre: AMGH, pág.533.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Conforme sugerido no tema, o objecto central do nosso estudo é aferir a eficácia e eficiência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento naquilo que é a estabilidade económica do país. Assim, no capítulo que agora iniciamos propomo-nos realizar uma abordagem geral sobre a CI e a CID no que diz respeito a origem histórica, conceito, e a relação com a Economia e as relações internacionais.

1. Desenvolvimento

A Cooperação Internacional tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento igualitário do mundo, mas antes de aprofundar nos detalhes da Cooperação Internacional, será brevemente analisado o conceito desenvolvimento.

Importa também para efeitos do trabalho entender o que esperamos quando falamos de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento é amplo e multidimensional, abrangendo transformações que promovem o bem-estar humano, a redução das desigualdades e o equilíbrio entre progresso económico, justiça social e sustentabilidade ambiental. Ele vai além do crescimento económico, buscando melhorar as condições de vida de maneira inclusiva e sustentável.

1.1. Principais Dimensões do Desenvolvimento¹³:

1. Económica

- Crescimento da economia, geração de empregos e aumento da produtividade.
- Melhoria da infraestrutura e acesso a recursos que sustentem a atividade económica.

2. Social

- Ampliação do acesso à educação, saúde, moradia e saneamento básico.
- Promoção de equidade, igualdade de gênero e inclusão social.

3. Ambiental

- Uso sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental.

¹³ SACHS, Jeffrey (2015), *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press, pág. 20

- Adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

4. Cultural

- Valorização das identidades culturais e respeito à diversidade.
- Inclusão de tradições e saberes locais no processo de desenvolvimento.

5. Política e Institucional

- Fortalecimento da democracia, da justiça e da governança.
- Garantia dos direitos humanos e participação cidadã nos processos decisórios.

Neste trabalho daremos maior enfoque a primeira dimensão uma vez que nos interessa abordar sobre o crescimento económico de Moçambique.

1.2.Características do Desenvolvimento Sustentável:

- Satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações.
- Equilibra as dimensões económica, social e ambiental.
- Está alinhado aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

1.3.Indicadores de Desenvolvimento¹⁴:

Para medir o desenvolvimento, são usados indicadores como:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): considera renda, educação e expectativa de vida.
- PIB per capita: mede a riqueza económica.
- Índices e de pobreza: avaliam desigualdade e condições de vida.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁵, Moçambique ocupa a 183.^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com uma pontuação de 0,461. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), dados de 2018 indicam que o PIB nominal de Moçambique foi de aproximadamente 14,396 bilhões de dólares, com um PIB per capita de cerca de 475 dólares. No que diz respeito ao índice de pobreza, estimativas de 2009 apontavam que cerca de 52% da população moçambicana vivia abaixo da linha da pobreza. Assim, Moçambique não é considerado um país desenvolvido, ele é classificado como um país em desenvolvimento, com um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do

¹⁴ SACHS, Jeffrey, op cit., pág. 20

¹⁵ IN: www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024

mundo (0,461, segundo o PNUD). Além disso, o PIB per capita é baixo, e mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza. Os países desenvolvidos geralmente apresentam um IDH elevado (acima de 0,800), alto nível de industrialização, economia diversificada, infraestrutura avançada e acesso universal a serviços básicos, como saúde e educação de qualidade. Moçambique ainda enfrenta desafios significativos nesses aspectos.

1.4.Perspetivas de Desenvolvimento¹⁶:

- Endógeno: impulsionado internamente pelas capacidades e recursos locais.
- Exógeno: apoiado por fatores externos, como investimentos internacionais ou cooperação técnica.

O desenvolvimento, portanto, é um processo dinâmico e contínuo, que busca criar oportunidades para todas as pessoas e construir sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis. Queremos deste modo analisar em que medida a cooperação conduz Moçambique para o desenvolvimento.

2. Conceito

Vários autores definem a cooperação internacional como ajuda externa, ora vejamos:

“A cooperação internacional é conceituada como a situação em que as políticas efetivamente empreendidas por um governo são vistas pelos seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objectivos, como resultado de um processo de coordenação política.”¹⁷

“Cooperação internacional é o ato de mútua ajuda entre dois ou mais Estados-Nação para a finalidade de um objectivo comum, que pode ser das mais diversas espécies: políticos, culturais, estratégicos, humanitários, económicos.”¹⁸

Verifica-se que tal ajuda visa contribuir para que o Estado possa atingir suas finalidades constitucionais, ele precisa lançar mão de diversos mecanismos materiais. Nem sempre consegue fazer isso sozinho, carecendo de uma operação conjunta, em parceria, numa aliança denominada de **cooperação**.

¹⁶ SACHS, Jeffrey, op cit., pág. 26.

¹⁷ NETO, Walter António Desiderá, A cooperação internacional para o desenvolvimento, OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 13, n. 2 , 2014, págs. 115-128

¹⁸ <https://jus.com.br/artigos/26542/principio-da-cooperacao-internacional>, consultado aos 18/01/2023

Os próprios fins do Estado – promoção do bem-estar geral presume-se que ele deve agir com a assistência mútua de outros entes da mesma natureza ou de natureza similar, com interesses convergentes. “Seja no âmbito interno ou externo, a cooperação apresenta-se como medida importante para o desenvolvimento social”¹⁹

“A cooperação internacional para o desenvolvimento é um conjunto de acções e políticas promovidas por países, organizações internacionais, ONGs e outras entidades com o objectivo de apoiar o desenvolvimento económico, social e ambiental de nações em situação de vulnerabilidade ou com menor nível de desenvolvimento.”²⁰

A cooperação internacional para o desenvolvimento busca promover o crescimento sustentável, reduzir desigualdades, fortalecer a governança e melhorar a qualidade de vida em países ou regiões que enfrentam desafios significativos, como pobreza, conflitos, desastres naturais e crises económicas.

Essa cooperação pode se dar de várias formas:

- Assistência financeira: transferência de recursos económicos para projectos de infraestrutura, educação, saúde e outros sectores;
- Transferência de tecnologia: compartilhamento de conhecimentos e tecnologias para melhorar a capacidade produtiva e técnica dos países beneficiários;
- Capacitação e formação: treinamento de profissionais locais em diversas áreas;
- Apoio humanitário: ajuda em situações de emergência, como desastres naturais ou conflitos;
- Parcerias bilaterais ou multilaterais: países ou blocos regionais colaboram para alcançar objectivos comuns de desenvolvimento;

A cooperação internacional para o desenvolvimento é fundamental para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, que buscam erradicar a pobreza, promover educação de qualidade, saúde, igualdade de gênero e combater a mudança climática, entre outros.

Para efeitos deste trabalho consideramos a cooperação internacional para o desenvolvimento conjunto de acções, estratégias e políticas realizadas entre Moçambique e outros países, organizações internacionais, instituições e outros actores para promover o

¹⁹ <https://jus.com.br/artigos/26542/principio-da-cooperacao-internacional>, consultado aos 18/01/2023

²⁰ AFONSO, Maria Manuela, FERNANDES, Ana Paula, (2005). *Introdução a cooperação internacional para o desenvolvimento*, Revista Forum, Lisboa, pág.10.

desenvolvimento económico e social em Moçambique. Sendo o objectivo principal reduzir desigualdades, fomentar o progresso sustentável e melhorar as condições de vida, especialmente nos países em desenvolvimento.

Quanto as modalidades de intervenção focaremos no financiamento de projetos (doações, empréstimos, subsídios).

A cooperação internacional para o desenvolvimento é uma forma de articulação entre países e organizações internacionais para promover o desenvolvimento socioeconómico e sustentável. Suas principais características²¹ incluem:

a. Foco no Desenvolvimento Sustentável

Objectivo de reduzir desigualdades sociais, económicas e ambientais, faz um alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, como acima referimos.

b. Transferência de Recursos e Conhecimentos

Envolve transferência de tecnologia, financiamento, assistência técnica, e conhecimento para países em desenvolvimento e promove o fortalecimento de capacidades locais.

c. Diversidade de Agentes

Participação de Estados, organizações multilaterais (como ONU e Banco Mundial), ONGs, empresas privadas, e universidades. Sendo que a Cooperação pode ser bilateral (entre dois países) ou multilateral (envolvendo vários atores).

d. Base em Solidariedade e Interesse Mútuo

Embora muitas vezes motivada por solidariedade, também pode estar atrelada a interesses políticos, económicos ou geoestratégicos.

e. Enfoque em Países de Baixa e Média Renda

Os principais beneficiários são países em situação de vulnerabilidade económica ou social.

²¹ SACHS, Jeffrey (2005). *The end of Poverty: Economic Possibilities for our time*. Penguin Press, pág. 27

f. Modalidades Diversas

- Ajuda Humanitária: em situações de emergência, como desastres naturais e conflitos.
- Cooperação Técnica: capacitação e transferência de habilidades.
- Cooperação Financeira: doações ou empréstimos.

g. Cooperação Sul-Sul e Triangular

- Sul-Sul: entre países em desenvolvimento, promovendo trocas horizontais de experiências.
- Triangular: combina atores do Norte Global, do Sul Global, e organizações multilaterais.

3. Evolução Histórica da CID

Com o fim da II Guerra Mundial começa o processo de descolonização e emerge a problemática do subdesenvolvimento, iniciando-se a Cooperação para o Desenvolvimento entre Estados. Duas questões principais dominaram o período pós II Guerra Mundial: (i) evitar outra guerra (segurança militar) e, (ii) evitar outra depressão económica global e assegurar um bem-estar económico e social universal (segurança económica e social). Contudo, com o início da Guerra Fria, a primeira componente de segurança (a militar) dominou muitas vezes a segunda (a económica e social) e o principal objectivo da Ajuda foi impedir que os países em desenvolvimento (PED) passassem para o “outro lado”.

“O Plano Marshall pode ser considerado como o primeiro projecto específico de cooperação entre um Estado soberano e independente e um conjunto de Estados soberanos e independentes”²². De facto, 1948 marca a consagração e o reconhecimento oficial pelas instâncias internacionais do desenvolvimento ajudado e planeado do exterior.

“Para a concretização do Plano, os países beneficiários fundaram, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), a qual viria, em 1961, a dar origem à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE). Nesse mesmo ano é criado o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)”²³.

²² AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula, (2005). *Introdução a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*, Revista Fórum, Lisboa, pág. 24

²³ Ibidem

Para o Plano Marshall e para o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)²⁴, o objectivo era a reconstrução da Europa devastada pela guerra e não o desenvolvimento do mundo não industrializado. Contudo, à medida que as independências foram acontecendo, as atenções começaram a deslocar-se para essa nova realidade.

Ainda nos anos 40, a criação da ONU (em 1945), apesar de concebida em primeiro lugar, e principalmente, como uma organização para a manutenção da paz, marca desde os seus primeiros anos o sistema de Cooperação para o Desenvolvimento²⁵ ao começar a assumir responsabilidades numa vasta gama de domínios: económico, social, cultural e humanitário e a debruçar-se sobre o problema das regiões subdesenvolvidas. Nesse sentido, começa a dar apoio técnico aos PED. Os motivos subjacentes ao Plano Marshall assentavam quer na segurança nacional (fortalecer os países europeus na luta contra a expansão do comunismo), quer em considerações comerciais (benefícios da reconstrução europeia para as empresas americanas).

Nesta primeira época da cooperação as Instituições de *Bretton Woods* estão, por isso, muito identificadas com as teorias que ligam o crescimento económico, ao investimento em capital. Dentro deste paradigma do desenvolvimento a principal função da cooperação dos países desenvolvidos (PD) era fornecer recursos adicionais aos países menos desenvolvidos, por forma a preencher as lacunas (capital e conhecimento) e vencer os constrangimentos herdados para fazer descolar a economia. Tratava-se de uma injeção transitória de recursos, provenientes do exterior, acelerando o processo de crescimento.

Os modelos que inspiram a teoria da cooperação são, por um lado, o modelo de Harrod Domar²⁶, dos anos 40, que considera que é a escassez de capital que constitui o único óbice ao crescimento. Como nestes casos a poupança não existe ou é insuficiente, a cooperação tem a função de colmatar essa lacuna (o défice de recursos internos) sem reduzir o consumo, aumentando as taxas de investimento produtivo e encurtando deste modo o período necessário para atingir a fase de crescimento auto-sustentado. Em 1960, Rostow chega mesmo a indicar 10% como a percentagem de investimento.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Idem, pág. 26

²⁶ AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula, op cit.,pág. 40

Num primeiro Relatório, de 1951, descreve os países subdesenvolvidos como sociedades dualistas (caracterizadas pela coexistência de um sector tradicional e um sector moderno desconectados um do outro) e recomenda programas de cooperação dotados dos “orçamentos de investimento necessários”²⁷.

No sistema bipolar do pós-guerra surgem quer modelos (capitalistas) associados aos principais poderes ocidentais, quer modelos (socialistas) associados aos poderes de Leste. Apesar desta dicotomia fazer sentido, particularmente no sistema de relações no contexto internacional, há um contínuo entre estes pólos, pese embora a variedade de sistemas nacionais e das principais dimensões envolvidas.

Instituições criadas em 1945, no quadro da conferência monetária e financeira de *Bretton Woods*: FMI, BIRD e BM.

Crescimento e desenvolvimento eram sinónimos – bastava haver crescimento para haver desenvolvimento, no rendimento nacional necessária para que uma dada economia pudesse atingir a fase de *take-off*²⁸, ou arranque, na qual o crescimento se tornaria auto-sustentado. A cooperação internacional tem um importante papel a desempenhar durante a fase de *take-off*, período que *Rostow* estima entre 10 e 15 anos. A cooperação tem um papel fundamental na resolução destes dois estrangulamentos básicos: é vista como necessária para colmatar a lacuna entre as necessidades de investimento de capital e as poupanças internas (o défice interno) e para financiar o necessário aumento das importações (o défice externo).

Portanto, à luz das teorias dominantes, a cooperação internacional era vista como o elemento fulcral para promover o crescimento económico. Outros aspectos que eram considerados como condições para o desenvolvimento – como uma envolvente política, social e institucional que facilitasse o crescimento, assim como o papel da cooperação técnica e o desenvolvimento das capacidades humanas – foram negligenciados, centrando-se os esforços em projectos de grande envergadura, sobretudo infra-estruturas produtivas (basicamente indústrias) e de comunicação.

Mas, este é também um momento de bipolarização ao nível mundial e as prerrogativas da cooperação são uma realidade. A cooperação, na sua maioria bilateral, é frequentemente

²⁷ Idem, pág. 41

²⁸ Idem, pág. 42.

utilizada como instrumento de política externa para manter as alianças e a influência política, para promover o comércio e o investimento externo.

Os EUA assumiram a liderança na promoção do desenvolvimento. No início dos anos 60 eram responsáveis por quase 50% da APD global, mais de 85% da qual fornecida através da USAID²⁹.

Em 1968, Nixon diz aos americanos: “deixem-me lembrar-vos que o maior objectivo da Ajuda americana não é ajudar outras nações, mas ajudar-nos a nós próprios”. A Ajuda dos EUA é, antes de mais, uma arma contra a expansão do comunismo. Falamos aqui de ajuda como uma forma de intervenção da CID.

O fenómeno da cooperação internacional para o desenvolvimento vinha sendo estudado até os anos 1980, de uma forma geral, por especialistas em economia política internacional, no capítulo sobre fluxos financeiros internacionais, tendo como item específico a ajuda externa, a função da CID para a economia era proporcionar aos países menos desenvolvidos recursos para atingirem num período muito mais curto do que os países desenvolvidos o tinham feito, o padrão ocidental. Os autores mais envolvidos com temas de política internacional, em função tanto do domínio do realismo nas teorias de Relações Internacionais como das evidências observadas naquelas décadas, ao analisar esse fenómeno concluíam ser um instrumento de dominação dos países mais poderosos sobre os mais pobres.

Posteriormente, com o advento da abordagem da interdependência complexa e do construtivismo, a visão da cooperação para o desenvolvimento, de uma forma, como benéfica para o crescimento económico mundial a partir da interdependência comercial e financeira ou, de outra forma, como expressão da solidariedade e da existência de princípios morais nas relações internacionais começou a receber tratamento analítico específico das Relações Internacionais³⁰.

²⁹ AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula, op cit, pág. 39.

³⁰ MOSCA, João op cit., pág. 110

A transferência de recursos financeiros entre as nações sempre foi uma característica do sistema internacional, mas o aumento do volume delas nos anos 1950, associado com maior nível de envolvimento dos governos, conferiu importância diferencial ao fenómeno. Inicialmente, o principal responsável pelo aumento desse volume foi o Plano Marshall, a partir do qual os Estados Unidos transferiram, entre 1949 e 1952, em torno de 4,5%³¹ de seu Produto Nacional Bruto (PNB) para a reconstrução dos países aliados europeus da Segunda Guerra Mundial. Para a gestão da distribuição dos recursos, foi criada em 1948 a Organização para Cooperação Económica Europeia (OCEE), a qual foi transformada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em 1960, com o ingresso do Canadá e dos Estados Unidos. Em 1961, no âmbito da mesma instituição, o Grupo de Assistência para o Desenvolvimento (GAD) foi convertido no Conselho de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), com a função de guiar e monitorar os fluxos de ajuda (agora direccionados aos países em desenvolvimento), além de definir padrões para os tipos de assistência fornecidos e para a natureza dos projectos implementados. Em 1965 o CAD começou a medir os fluxos que eram considerados como ajuda externa, reconhece-se, no entanto, existirem importantes assimetrias de poder em muitas dessas relações³². Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) inaugural de transferir 1% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países doadores às nações em desenvolvimento. Vale ressaltar que, antes, a Conferência de Bandung (1955) e o processo de descolonização tiveram papel central em colocar na agenda internacional o problema do desenvolvimento e a necessidade urgente de enfrentá-lo.

A partir de 1969, com a definição de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) estabelecida pela OCDE – fluxos de financiamentos oficiais concessionais que têm como seu principal objectivo a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento, com doação mínima de 25%³³ a uma taxa de desconto de 10%, transferidos em todos os níveis governamentais directamente aos países receptores ou a agências multilaterais de desenvolvimento – os fluxos privados de Investimento Externo Direto (IED) deixaram de ser considerados ajuda externa. Seguindo resolução da ONU de 1970, a meta dos doadores foi reduzida para 0,7% do PIB, a qual permanece a mesma atualmente.

³¹ Idem, pág.111.

³² NETO, Walter António Desiderá, *op cit.*, págs 115-128

³³ MOSCA, João, *op cit.*, pág.112

O sistema de *Bretton Woods*³⁴, a Corporação Internacional de Finanças (1956) e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (1960), agências subsidiárias do Banco Mundial, figuraram como as principais instituições globais com funções, entre outras, de gerenciar e canalizar a transferência desses recursos. Em âmbito hemisférico americano, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959 é também relevante. Em meio à intensificação do fenómeno, Morgenthau (1962) propôs uma teoria política da ajuda externa.

Entendida como a transferência de recursos financeiros, bens e serviços de uma nação a outra, à excepção da ajuda humanitária, outros cinco tipos de políticas foram definidos pelo autor dentro do conceito, todas elas tendo para ele como objectivo final a conquista de vantagens políticas pelo doador. Packenham (1966)³⁵, com linha de raciocínio diferente, mas com conclusões similares, argumentou que as doutrinas de desenvolvimento político que estavam por trás do programa de ajuda dos Estados Unidos se referiam à criação de uma comunidade mundial pacífica de nações livres e independentes, anticomunistas e pró-americanas, e desenvolvidas economicamente. A depender da situação, primava uma dessas características almejadas em detrimento das demais no provimento americano de ajuda externa, destacando-se o anticomunismo.

Nos anos 2000 a partir da Cúpula do Milénio, a cooperação para o desenvolvimento passou a ser direccionada primordialmente para os países de menor desenvolvimento relativo, tendo como princípios orientadores para os projectos a contribuição para a conquista dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). No âmbito do CAD/OCDE, a preocupação com a efectividade da ajuda foi consagrada com a definição de doze indicadores para medição de seu progresso na Declaração de Paris (2005) e de alguns critérios para sua implementação na Agenda para Acção de Accra (2008). Neste início da década de 2010, principalmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, somado ao final iminente do prazo para a conquista das metas do milénio, a principal discussão do tema tem se dado em torno da

³⁴ MOSCA, João. Op.cit, pág.112

³⁵ Idem, pág.113.

definição dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – a chamada agenda pós-2015³⁶.

3.1 Cooperação E Ajuda Alimentar

“A cooperação e a ajuda alteraram-se com o PRE, a APD no período de 1976 a 1983 foi em média de 140 milhões de USD por ano; no período das reformas (1984-1986), passou-se para 320 milhões de dólares americanos anuais; entre 1987 e 1991 atingiram em média 894 milhões de USD. «Os desembolsos da IDA do Banco Mundial aumentaram de uma média anual de 14,5 milhões de USD entre 1985 e 1986 para 53 milhões de USD entre 1987 e 1991”.³⁷

As negociações e os apoios financeiros ao ajustamento estrutural e em particular à balança de pagamentos não fizeram baixar a dívida e o respectivo serviço. “A dívida externa em 1986 era de 3,3 mil milhões de USD e em 1990 passou para 4,74 mil milhões (Banco Mundial, 2003)”³⁸.

“O stock da dívida atingiu 400 por cento do PIB em 1989 (BM: 2003), causando rácios de serviços da dívida/exportações de bens e serviços (á depois do reescalonamento) muito altos: 21 por cento em 1987 e 38 por cento em 1988, segundo o BM (1990: 56), e respectivamente 17,5 e 19,4 por cento nos mesmos anos, segundo o BM/World.”³⁹

- A ajuda não apenas aumentou significativamente com o PRE, como à sua estrutura se alterou. «O item ajustamento estrutural», composto pela ajuda/programa e as contribuições para a reorganização da dívida externa, sofreu a maior revalorização, aumentando de 9 por cento do total em 1986 para uma média de 36 por cento durante o PRE e 18 por cento durante o PRES. O sector social (incluindo, para além da educação e da saúde, as outras infraestruturas sociais, a água e o saneamento), a sua parte aumentada de 4 por cento em 1986 para 12, os projectos de desenvolvimento específicos na área produtiva no sentido lato (agricultura, indústria, serviços, energia, transportes, comunicações), cuja participação

³⁶ NETO, Walter António Desiderá, *op cit.*, pág. 129.

³⁷ MOSCA, João, *op cit.*, pág. 110.

³⁸ *Ibidem.*

³⁹ MOSCA, João, *op cit.*, pág. 111.

nos compromissos globais baixou de quase 50 por cento em 1986 para 27 por cento durante o PRÉ e 34 por cento durante o PRES.

No âmbito da cooperação, tem importância a ajuda alimentar e os seus efeitos. Primeiro, os alimentos e roupa chegados ao país minimizaram graves situações de fome que afectava uma elevada percentagem da população.

Os alimentos eram vendidos a preços inferiores aos do mercado ou mesmo distribuídos gratuitamente e surgiu no mercado informal resultante de desvios dos circuitos formais; estas condições afectaram a oferta da produção local desincentivando também a comercialização dos excedentes. Internamente, a liberalização de alguns produtos e a manutenção de preços administrativos de outros fez que os produtores privados concentrassem a estrutura produtiva em hortaliças e frutas, secundarizando a produção de cereais, leguminosas e outros bens básicos de alimentação.

A grande quantidade de ajuda alimentar criou estruturas paralelas especializadas na gestão da ajuda (como por exemplo o DPCCN a nível nacional e provincial), que funcionava com recursos externos e possuía mais meios (transportes, comunicações, técnicos, etc.) e consequentemente maior capacidade de actuação que a grande maioria dos órgãos do aparelho de Estado, principalmente a nível provincial e distrital. Estes aspectos provocavam dificuldades de relacionamento institucional.

Algumas ONG possuíam também capacidade e funcionavam em diferentes ocasiões de forma diferenciada da desejada pelas instituições locais.

A ajuda alimentar prolongada e representativa de uma elevada percentagem da oferta em alguns produtos básicos, num contexto de ajustamento estrutural, introduz um conjunto de dilemas relativamente aos efeitos desejados pelo programa económico. Porém, a ajuda é simultaneamente um factor necessário para manter a legitimidade política e a aceitação social do ajustamento.

Mosca⁴⁰ sintetiza alguns aspectos relevantes resultantes da experiência em Moçambique: Os efeitos da ajuda resultante da economia dos países receptores são diversos e variam

⁴⁰ MOSCA, João, op cit, pág.117.

segundo se considere o curto e o longo prazo, os níveis macro e micro e se os bens comparativamente com os produzidos localmente. De forma sintética, podem considerar-se os seguintes efeitos principais⁴¹:

- A distribuição/comercialização dos bens reduz de imediato os sintomas de fome, o que constitui o primeiro objectivo da ajuda de emergência.
- A chegada dos bens produz efeitos económicos de primeira ordem (segundo a linguagem utilizada nos textos de análise intersectorial, também chamada análise input-output) sobre a balança de pagamentos, seja quando os produtos são fornecidos sem contrapartida, seja como quando os preços acordados são inferiores aos praticados no mercado. Isto é, existe uma entrada de bens sem os correspondentes pagamentos de uma transação comercial a preços de mercado.
- A banca e os seguros surgem para o financiamento das atividades e para assegurar as mesmas, que são, em muitos casos, desenvolvidas em ambientes de risco. Este conjunto de efeitos aumenta a actividade das burocracias, públicas e privadas, no planeamento, execução e controlo das operações associadas com o encaminhamento dos bens para os destinos programados.
- A ajuda produz fluxos financeiros correspondentes aos circuitos de bens e serviços. Quando os produtos são distribuídos gratuitamente, os fluxos financeiros limitam-se ao pagamento dos serviços prestados, pelo Estado ou pelas instituições doadoras, o que representa um aumento dos gastos públicos e benefícios para os agentes económicos envolvidos nas operações. Quando os bens são vendidos, as receitas revertem para o Estado, que beneficia dos montantes correspondentes às quantidades e preços praticados, menos os valores pagos aos agentes económicos pelos serviços prestados no processo de distribuição.

“Discursos que sublinham a horizontalidade na cooperação internacional, tão comuns nas relações Sul-Sul - e cada vez mais frequentes nas relações entre as regiões e países mais ricos e os emergentes, em particular -, apenas servirão para mascarar a competição económica e tecnológica no século XXI, caso não venham acompanhados de iniciativas destinadas a promover sinergias, e não a polarização, entre os atores domésticos dos países em desenvolvimento.”⁴²

⁴¹ MOSCA, João. Op.cit, pág.117.

⁴² ALMEIDA, Elga Lessa, (2013) *O Discurso Brasileiro para a Cooperação em Moçambique: Existe ajuda desinteressada?*, Astrolábio, pág. 348.

Todavia, na visão de boa parte dos pesquisadores da área de Relações Internacionais, como por exemplo Joseph Nye, Hans Morgenthau, Immanuel Wallerstein, Stephen Krasner, entre outros, dificilmente os Estados buscam ganhos alheios sem que esses ganhos estejam vinculados a vantagens para si próprios. Nesse sentido, cumpre destacar que a crescente interdependência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento coloca a questão da sombra do futuro sobre as práticas correntes do campo da cooperação internacional; ou seja, não havendo ganhos claros para os participantes, e havendo cada vez mais outras opções disponíveis de parcerias para além das tradicionais, a parte menos beneficiada tenderá a questionar a efectividade da manutenção, ou ampliação e aprofundamento, das relações com actores egoístas, focados no curto prazo.

As análises aqui apresentadas são um bom indício de que, apesar de todos os desafios, o campo da cooperação internacional encontra-se consolidado nas relações internacionais. Após mais de meio século de institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento, perguntas como "Por que prestar ajuda a países menos desenvolvidos?" "A ajuda externa promove o desenvolvimento?" perpassam a bibliografia que trata do tema e está longe de apresentar perspectiva única. Uma estão mais centradas na análise das motivações e dos propósitos, enquanto outras têm direcção orientada para os resultados sejam os de natureza económica, sejam sociais, políticos ou culturais. A cooperação internacional, dessa forma, decorre de "razões múltiplas" e historicamente definidas por movimentos conjunturais internacionais.

As visões teóricas mais sedimentadas na interpretação da cooperação internacional são a liberal, a realista e a idealista⁴³. Em linhas gerais a corrente liberal realiza leitura da cooperação externa como acção ligada à defesa de interesses mercantilistas, enquanto a idealista acentua o entendimento da cooperação pela via da intervenção humanitária. A vertente realista entende a ajuda externa como meio de manter e ou conquistar posições sobre um determinado território, país ou região, não se afasta, no entanto, da ideia de troca de favores, em mão dupla, com aumento do prestígio do país doador. A essas três vertentes pode-se acrescentar a corrente construtivista, de concepção mais recente, que discute as relações internacionais, prioritariamente, a partir de factos sociais, assim definidos por

⁴³ ALMEIDA, Elga Lessa, op cit., pág. 370

acordos humanos. De acordo com essa vertente, o mundo material forma e é formado pela acção e interacção humana.

A visão liberal pode tanto defender, na tensão mais radical dessa vertente teórica, que a ajuda internacional apenas não contribui para o desenvolvimento das nações como as mantém em relação de dependência, como sustenta Dambisa Moyo (2009), economista africana formada pela Oxford University, quando toma como exemplo da cooperação chinesa no continente africano. A visão liberal comporta ainda a vertente defendida por Robert Keohane e Joseph Nye, no final dos anos 1970, que interpreta a cooperação internacional como necessária dada à natureza das relações entre as nações, fruto das mudanças aceleradas pelo processo de globalização, a que os autores denominaram de "*interdependência complexa*" ⁴⁴.

Para autores construtivistas, como Alexander Wendt, Emmanuel Adler, John Ruggie a interacção cooperativa gera conhecimento compartilhado e deve estar orientada para a criação de instituições e regras que possibilitem a aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento.

“No caso da ajuda aos países em desenvolvimento, a observância de uma série de condicionalismo exigidas aos países beneficiários já demonstrava que a ajuda prestada não era isenta de interesses e nem sempre coincidia com a real necessidade daquele que buscava ajuda.”⁴⁵

Por considerar que os países em desenvolvimento não conseguiam desenvolver suas economias em razão da má aplicação dos recursos ou mesmo por falta de condições endógenas adequadas, os países doadores, seguindo o receituário do Consenso de Washington apregoado por organizações como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, concediam suas ajudas a partir do compromisso de que os países em desenvolvimento deveriam promover a estabilidade económica e reduzir a intervenção do Estado.

⁴⁴ ALMEIDA, Elga Lessa, op.cit, pág.372.

⁴⁵ Idem., pág.342.

Em verdade, a recessão vivida pelos países desenvolvidos decorrente da crise do petróleo, na década de 1980⁴⁶, faz com que a cooperação para o desenvolvimento fosse utilizada para o atendimento dos objectivos do Norte de salvar o sistema financeiro internacional, mediante concessão, aos países do Sul, de empréstimos com condicionalidades, de modo a permitir-lhes honrar seus compromissos junto às instituições financeiras privadas; portanto, não coincidindo com os anseios de Sul por um desenvolvimento de longo prazo. Teorias neoliberais propagam a ideia de que a cooperação para o desenvolvimento penaliza o crescimento porque supõe uma intervenção danosa nos sectores competitivos da economia, passando a cooperação ser condicionada a ajustes quanto à limitação da atividade estatal e às medidas de estabilização da economia.

As limitações ao discurso solidário da cooperação não ficam claras, entretanto, quando se trata da Cooperação Sul-Sul. O discurso desse modelo de cooperação tem sido forjado ao longo de foros multilaterais que remontam, principalmente, o último quarto do século XX. Comumente, a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos.

⁴⁶ ALMEIDA, Elga Lessa, Op cit. pág.342.

Capítulo II

A ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

Depois de, no capítulo anterior, termos nos dedicado a abordagem das generalidades da cooperação internacional para o desenvolvimento, neste capítulo pretendemos analisar a estrutura económica de Moçambique para entender a influência da cooperação na economia moçambicana e a sua pertinência no desenvolvimento do país, olhando para o contexto temporal, e as principais mutações.

4. A Estrutura Económica Pré-Independência

As principais características da estrutura económica eram, no momento da pré-independência, as seguintes:

- “Maximização da extracção de recursos através de formas de produção assentes na exploração da força do trabalho (primeiro pela escravatura, depois pelo trabalho forçado, posteriormente sob formas camufladas que obrigavam ao assalariamento compulsivo e finalmente por políticas económicas que legislavam salários baixos), na troca desigual de bens entre o campo e a cidade e entre Moçambique e o exterior, e sistemas de preços Administrativos que facilitavam a acumulação nos sectores protegidos.”⁴⁷

A economia de Moçambique é pelas características anteriores, extravertida⁴⁸, cujo crescimento depende de factores e de recursos externos, e que dificulta a estabilização da balança de pagamentos e coloca-a em situação de dependência e subalternidade, limitando os espaços de manobra para as políticas internas e a capacidade de controlo e gestão das variáveis exógenas. Como consequência da política colonial do Estado Novo, o sector externo não possuía, no período pré independência, algumas das características dos países em desenvolvimento: défice crónico, dívida externa e financiamento de organizações internacionais; possuía outras semelhantes: importação de alimentos e equipamentos, exportação de matérias-primas com pouca transformação, protecção, evolução desfavorável a longo prazo dos termos de troca, baixa competitividade, entre outras. Moçambique iniciou a crónica situação de exportar o que produzia e importar o que

⁴⁷ MOSCA, João, op cit, pág.73

⁴⁸ MOSCA, João, op cit, pág.73

consumia. Durante o domínio português, a economia moçambicana foi moldada por uma cooperação assimétrica, voltada para beneficiar a metrópole. Moçambique era integrado na economia global como fornecedor de matérias-primas (como algodão, açúcar e sisal) e como destino de investimentos coloniais, mas com pouca autonomia económica.

- Devido à razão anterior (principalmente), os sectores económicos possuíam poucas relações inter-sectoriais, não se configuraram fileiras produtivas e os bens finais ou de consumo intermédio possuíam pouco valor acrescentado incorporado na economia moçambicana. A economia foi estruturada para servir interesses externos, limitando o desenvolvimento de uma infraestrutura para o mercado interno.
- Existiam claras diferenças entre diversas formas de produção e de economias “os designados sectores «moderno» e «tradicional», «sector A» e «sector B», «sector empresarial» e «sector familiar», «sector formal» e «sector informal», «sector capitalista» e «sector de subsistência», etc.”⁴⁹, que possuíam coberturas discriminatórias (positivas e negativas) do poder político e do ordenamento jurídico, existindo entre elas funcionalidades económicas que suportavam padrões de acumulação centrados no sector externo e nas formas capitalistas de produção. As tecnologias utilizadas em diferentes sectores eram regra geral intensivas no factor trabalho e de baixa produtividade, embora com importantes diferenças, sobretudo após os meados do século xx. As diferenças fundamentais eram ao nível das escalas produtivas e da capacidade de assalariamento, das lógicas reprodutivas e das funções -objectivo dos sistemas de produção.
- O sector informal⁵⁰ e os produtores de pequena escala tinham (e têm) um grande peso na economia. Estes sectores possuem lógicas produtivas diferenciadas e nem sempre possuem o mercado como o único e mais importante elemento de referência para as decisões, tanto do lado da procura como da oferta.

⁴⁹ OYA, Carlos (2007). “*Stories of Rural Accumulation in Africa: Trajectories and Transitions Among Rural Capitalists in Mozambique.*” pág. 453

⁵⁰ OYA, Carlos, op cit., pág. 454

Esta realidade assume ainda maior relevância pelo facto de estes agentes económicos possuírem, muitas vezes, reacções e comportamentos atípicos relativamente as medidas de política económica e incentivos.

- Pouca disponibilidade de capital e baixa capacidade de realização de investimentos, por diferentes razões: nível de rendimento e consequentemente de poupança das famílias e da economia, pequena tradição empresarial.
- Na estrutura produtiva moçambicana, destaca-se a importância dos sectores de serviços (portos, transportes e turismo) como consequência das relações económicas regionais, onde Moçambique desempenhou um papel subalterno e dependente, como consequência das relações entre as potências coloniais, e esteve subordinado a uma divisão do trabalho desfavorável em termos de criação de riqueza e de configuração dos padrões de acumulação na África Austral.
- Finalmente, e não menos importante, o Estado era o principal agente económico. Destacam-se as seguintes actividades directas no sector produtivo: energia, transportes (caminhos-de-ferro e portos, aéreos e urbanos), comunicações; comercialização rural de alguns produtos (algodão, cereais e outros para o consumo urbano), na banca entre outros. Porém a importância da intervenção do Estado residia nas políticas económica e na acção legisladora e fiscalizadora, cujos objectivos principais eram os seguintes: assegurar o funcionamento dos mecanismos de reprodução dos padrões de acumulação dominantes, definir e impor regras de diferenciação das acessibilidades às actividades económicas entre os cidadãos (entre colonos, assimilados e indígenas); garantir a função-objectivo da economia colonial (maximizar as exportações para a metrópole e evitar- minimizar possíveis défices da balança de pagamentos); e, investir em infra-estruturas.

4.1 Pós-Independência e Regime Socialista (1975-1987)

Após a independência, a cooperação internacional passou a ser direccionada por alinhamentos ideológicos. A cooperação com o bloco socialista foi central para sustentar o regime económico e político adotado pelo governo da Frente de Libertação de Moçambique

(FRELIMO), o país adoptou um modelo socialista inspirado na União Soviética e em outros países do bloco socialista.

- A URSS, Cuba, União Soviética Alemanha Oriental China e outros estados socialistas forneceram apoio político, treinamento militar: Durante a guerra civil (1977-1992)⁵¹, países socialistas apoiaram o governo moçambicano com armas, treinamento e logística para combater a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que era apoiada por regimes anticomunistas, como o apartheid da África do Sul e o governo da Rodésia. Cuba enviou tropas e conselheiros militares para apoiar as forças armadas de Moçambique, fortalecendo a defesa do regime socialista, assessoria técnica. Essa cooperação incluiu Projetos de infraestrutura, que inclui fábricas, sistemas de irrigação e projetos de eletrificação. A China, por exemplo, apoiou a construção de estradas e projetos agrícolas. Formação de mão de obra Países como Cuba enviaram especialistas para treinar moçambicanos em áreas de saúde, educação e defesa. Muitos estudantes moçambicanos também receberam bolsas para estudar em países socialistas.

- A dependência de aliados socialistas, porém, deixou o país vulnerável quando o bloco socialista começou a se desintegrar na década de 1980.

4.2. O Período Do Ajustamento Estrutural (1987-2000)

O Programa de Reabilitação Económica (PRE) começou a ser aplicado em Janeiro de 1987⁵². A crise económica e o fim do apoio socialista levaram Moçambique a buscar a cooperação com instituições ocidentais, como o Banco Mundial, o FMI e países doadores ocidentais. “Alguns comentaristas referem que a Frelimo, sem alternativas, pretendia, com o PRE, obter financiamentos externos e alterar as alianças internacionais com o objectivo de sustentar a crise económica e alcançar a paz. O PRE surge como um aprofundamento, com elementos de continuidade e de descontinuidade em relação às reformas iniciadas em 1983, tanto internamente como nas relações externas”⁵³

⁵¹ MOSCA, João, op cit., pág.80

⁵² MOSCA, João, op cit., pág.79

⁵³ Idem, pág.80

Os sectores radicais então dominantes no poder, pretendiam que o PRE fosse um período de transição com cedências na política económica e social face aos dois grandes problemas do país (guerra e crise económica). Outros sectores não tinham qualquer dúvida quanto ao PRE: seria o fim da política económica anterior, o consequente início de profundas reformas no poder e o início da aplicação de um modelo capitalista subdesenvolvido.

O ajustamento estrutural em Moçambique foi inicialmente «baptizado» como PRE numa tentativa de «nacionalizar» o programa que já possuía todos os requisitos de um PAE.

A implementação de Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs) marcou uma reestruturação da economia, com privatizações, liberalização de mercados e abertura ao investimento estrangeiro.

Essa nova fase de cooperação trouxe investimentos significativos, mas também foi criticada por aumentar a desigualdade social e a dependência de Moçambique em relação à ajuda externa.

4.3. Descoberta de Recursos Naturais e Cooperação Contemporânea (2000-presente)

A descoberta de recursos naturais estratégicos, como gás natural na Bacia do Rovuma, carvão e minerais preciosos, atraiu investimentos diretos estrangeiros de grandes empresas multinacionais e parcerias com países como China, Índia, e Estados Unidos.

- A cooperação moderna foca no desenvolvimento de infraestrutura (portos, estradas, energia) e na exploração de recursos, mas há críticas sobre a distribuição desigual dos benefícios económicos.
- Ajuda internacional: Moçambique ainda depende de doações e empréstimos de organismos internacionais para financiar projetos sociais, saúde, educação e assistência humanitária, especialmente em resposta a desastres climáticos como ciclones e enchentes. Adiante vamos conhecer os maiores parceiros de cooperação em Moçambique.

5.0. Actual Estrutura Económica

A actual estrutura económica de Moçambique é baseada em uma combinação de agricultura, recursos minerais, energia e, mais recentemente, o sector de serviços. Ao longo dos anos, o país tem passado por transformações económicas importantes, mas ainda

enfrenta desafios significativos, como a pobreza generalizada e a dependência de ajuda externa.

a. Sector Primário (Agricultura e Pesca):

- Agricultura: Representa uma parte significativa do PIB e emprega cerca de 70%⁵⁴ da força de trabalho. Contudo, a maioria da agricultura é de subsistência, com pequenas propriedades rurais que cultivam principalmente milho, mandioca, feijão e arroz. A produção de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju também é importante para as exportações.

- Pesca: O país tem uma costa extensa ao longo do Oceano Índico, com destaque para a captura de camarão, um dos principais produtos de exportação do sector.

b. Sector Secundário (Indústria e Mineração):

- Indústria: Ainda em desenvolvimento, a indústria moçambicana é concentrada em produtos como a produção de alumínio (com a fábrica de Mozal, uma das maiores da África), cimento, produtos alimentícios e bebidas. No entanto, o sector industrial é relativamente pequeno em comparação com outros países da região.

- Mineração: Moçambique é rico em recursos minerais. O carvão é um dos principais produtos de exportação, com grandes minas na província de Tete. Além disso, o país tem reservas significativas de gás natural, que são exploradas na região norte (particularmente na Bacia do Rovuma), além de minerais como grafite, ouro e titânio.

c. Sector Terciário (Serviços e Turismo):

- Serviços: Nos últimos anos, o sector de serviços tem crescido, especialmente no comércio, finanças e telecomunicações. O sector bancário está em expansão, assim como o desenvolvimento de infraestrutura de TI.

- Turismo: O turismo tem grande potencial devido às praias do Oceano Índico, reservas naturais e parques de safári. No entanto, o sector ainda não é plenamente desenvolvido e enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada e problemas de segurança.

⁵⁴ Banco Mundial (2018). *Mozambique Economic Update: Shifting to Inclusive Growth*, pág. 154

d. Energia:

- Moçambique é uma fonte importante de energia na África Austral⁵⁵. A Hidroelétrica de Cahora Bassa, no rio Zambeze, é uma das maiores geradoras de electricidade do continente. Além disso, as descobertas de gás natural *offshore* no norte do país colocam Moçambique como um futuro exportador significativo de gás natural liquefeito (GNL).

5.1. Desafios Económicos e Perspectivas Futuras:

Dependência de ajuda externa: Moçambique ainda depende significativamente de ajuda internacional, tanto para apoio ao orçamento quanto para desenvolvimento de infraestrutura.

Desigualdade e pobreza: A pobreza continua alta, principalmente nas áreas rurais. As desigualdades regionais são marcantes, com o Norte sendo mais pobre em comparação ao Sul do país.

Instabilidade política e conflitos armados: O país tem enfrentado conflitos internos, especialmente na região norte, onde a insurgência islâmica tem afectado os projectos de gás e a estabilidade social.

A economia moçambicana tem grande potencial de crescimento, especialmente com os projectos de gás natural. Se bem administrado, o sector de energia pode ser uma alavanca para o desenvolvimento do país. No entanto, é essencial que o governo consiga resolver questões como corrupção, instabilidade política e investimentos em infraestrutura e capital humano.

A cooperação internacional não apenas influenciou, mas também moldou a trajetória económica de Moçambique em diferentes períodos históricos. Sua relevância permanece central, mas o país enfrenta o desafio de equilibrar essa dependência com o desenvolvimento sustentável e a autonomia económica.

⁵⁵ Banco Mundial, op cit., pág. 208.

Capítulo III

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A ESTABILIDADE ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo pretendemos estudar o levantamento dos dados da pesquisa feita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, relativamente a influência da CID para a estabilidade económica do País, bem como as dificuldades voltadas para a cooperação em Moçambique, além de ilustrar tal dificuldade propor soluções para eficácia e eficiência da cooperação para o desenvolvimento em Moçambique.

6.0. Caracterização Geral da Cooperação Internacional de Moçambique

A cooperação internacional de Moçambique tem suas raízes na luta pela independência e nas primeiras décadas após a independência em 1975⁵⁶, quando o país, recém-saído de um conflito armado e em processo de construção das suas instituições, buscava apoio externo para sua reconstrução e desenvolvimento. A cooperação internacional nesse período concentrou-se fortemente em ajuda humanitária e assistência técnica.

Nos anos seguintes, com a assinatura do Acordo de Paz de 1992⁵⁷, Moçambique iniciou um novo ciclo de desenvolvimento, caracterizado por uma abertura política e económica. Com o PRE o país passou a adoptar uma economia de mercado e inseriu-se de forma mais activa nas dinâmicas regionais e internacionais. A partir da década de 2000⁵⁸, com um crescimento acelerado e a descoberta de grandes recursos naturais, o país experimentou um aumento significativo no volume de assistência externa, mas também nas suas próprias ambições de diversificação das parcerias internacionais.

A Constituição da República de Moçambique prevê a cooperação, no capítulo II, referente a Política Externa e Direito Internacional, artigos 17 e seguintes o que demonstra a relevância e influência da cooperação para o país, neste capítulo verificamos a forma de

⁵⁶RIBEIRO, L. e ASSUNÇÃO, S. (2016). *A Cooperação Internacional em Moçambique: Desafios e Oportunidades*. Revista de Estudos Africanos, pág. 45.

⁵⁷ Idem, pág. 46

⁵⁸ Idem, pág.49

ratificação dos instrumentos internacionais, e os princípios que mantêm as relações internacionais que vamos aprofundar mais em diante.

Nos dias actuais, a Política Nacional de Cooperação Internacional de Moçambique (PNCI) reflecte a evolução do país, com um foco crescente na cooperação sul-sul (parcerias entre países em desenvolvimento), embora a cooperação com países e blocos tradicionais como a União Europeia, Estados Unidos e Japão continue a ser importante.

A cooperação internacional de Moçambique tem se caracterizado por uma abordagem multifacetada⁵⁹, envolvendo diversas parcerias com países e organizações internacionais. O país busca fortalecer o seu desenvolvimento económico, social e institucional, e para isso, tem estabelecido uma série de colaborações em diversas áreas.

Aqui estão alguns aspectos importantes da cooperação internacional de Moçambique:

- **Parcerias Bilaterais**⁶⁰: Moçambique mantém relações com uma série de países, sendo especialmente importante a cooperação com nações africanas e com potências económicas como a China, os Estados Unidos e a União Europeia. Essas parcerias envolvem apoio em infraestrutura, educação, saúde, agricultura e capacitação.
- **Parcerias Multilaterais**⁶¹: Moçambique é membro de várias organizações internacionais, incluindo a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e as Nações Unidas (ONU). A cooperação com essas instituições dá-se em áreas como paz e segurança, desenvolvimento sustentável e a promoção de direitos humanos.
- **Ajuda Internacional e Assistência Técnica**⁶²: Moçambique recebe ajuda internacional em forma de financiamentos, investimentos e assistência técnica de diversos países e organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a União Europeia, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), entre outros. Essa assistência destina-se a programas de combate à pobreza, melhoria da educação e saúde, construção de infraestruturas e promoção da governança.

⁵⁹ CHIRICO, A. e PIMENTEL, L. (2020). *Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável: O Caso de Moçambique*. Jornal de Estudos em Relações Internacionais, pág. 99.

⁶⁰ Idem, pág.102.

⁶¹ Idem, pág.110

⁶² Idem, pág.112

- **Foco em Desenvolvimento Sustentável⁶³:** Nos últimos anos, a cooperação internacional de Moçambique tem dado ênfase a projectos que promovam o desenvolvimento sustentável, alinhados com a Agenda 2030 da ONU, especialmente nas áreas de erradicação da pobreza, promoção de saúde e educação de qualidade, e a transição para uma economia verde e resiliente.

A cooperação internacional de Moçambique é relevante para o seu desenvolvimento, ajudando o país a superar obstáculos locais enquanto integra soluções globais para questões como pobreza, saúde, educação e infraestruturas.

6.1. Política Nacional de Cooperação Internacional de Moçambique

A Política Nacional de Cooperação Internacional de Moçambique (PNCI) é um instrumento estratégico que orienta e regula as relações de Moçambique com outros países, organizações internacionais e outras entidades externas, com o objectivo de alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável. A política é fundamental para estabelecer as directrizes que guiarão o país na busca de parcerias e no aproveitamento de recursos externos para o desenvolvimento interno.

6.1.1. Princípios Fundamentais da Política Nacional de Cooperação Internacional⁶⁴

A PNCI é construída sobre alguns princípios fundamentais que orientam as relações externas e os tipos de parcerias que o país busca:

a) Soberania Nacional e Autonomia de Decisão⁶⁵

Moçambique adopta uma postura de soberania em suas relações de cooperação, o que significa que todas as decisões relacionadas a projectos e acordos internacionais devem refletir as necessidades e interesses do país. A autonomia é crucial para garantir que Moçambique não se torne excessivamente dependente de ajuda externa e consiga negociar parcerias vantajosas sem comprometer sua independência.

b) Solidariedade Internacional⁶⁶

⁶³ Idem, pág.121

⁶⁴ CHIRICO, A. e PIMENTEL, L., op cit., pág. 99

⁶⁵ Governo de Moçambique. (2017). *Política Nacional de Cooperação Internacional (PNCI)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

⁶⁶ Ibidem

A solidariedade é um princípio central da PNCI⁶⁷, especialmente no contexto da cooperação sul-sul, onde Moçambique busca desenvolver alianças com outros países em desenvolvimento para promover uma agenda comum de crescimento e desenvolvimento. Isso inclui a troca de experiências, o fortalecimento de capacidades locais e a promoção de relações mutuamente benéficas.

c) Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo⁶⁸

A PNCI tem um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhado com a Agenda 2030 da ONU e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objectivo é que as parcerias internacionais não só tragam benefícios económicos, mas que também contribuam para a inclusão social, a redução da desigualdade e a preservação ambiental.

d) Promoção da Paz e Segurança⁶⁹

A política também está orientada para a promoção da paz e segurança não apenas dentro das fronteiras de Moçambique, mas também na África Austral e em outros países que possam ser afectados por instabilidade política ou conflitos⁷⁰. O país procura ser um mediador de paz e um contribuidor em missões de paz em sua região.

e) Diversificação das Parcerias de Cooperação⁷¹

Ao longo dos anos, Moçambique tem buscado uma diversificação das fontes de cooperação, explorando novas oportunidades, especialmente com países emergentes e economias em crescimento. Embora continue a receber assistência de doadores tradicionais, como União Europeia e Estados Unidos, a cooperação com a China, Brasil, Índia e outros países do Sul Global tem se intensificado.

Importa referir que estes princípios encontram-se de forma explícita e implícita na Constituição da República de Moçambique, no capítulo II.

Na nossa opinião estes princípios são de imensurável importância para PNCI, e é notável em várias áreas, a título de exemplo na área militar destaca-se a cooperação entre

⁶⁷ Art. 19 da Constituição da República de Moçambique

⁶⁸ Art. 19 da Constituição da República de Moçambique

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Vide o art. 22 da Constituição da República de Moçambique

⁷¹ Ibidem

Moçambique e Ruanda em Palma província de Cabo Delgado, onde vislumbra-se os pressupostos do princípio da promoção da paz e segurança.

6.1.2. Objectivos da Cooperação Internacional de Moçambique

Os objectivos da cooperação internacional de Moçambique são variados e visam apoiar o desenvolvimento socioeconómico do país, fortalecer a sua governação e promover a integração no cenário global. Alguns dos principais objectivos dessa cooperação incluem:

i. Desenvolvimento Sustentável⁷²

- A cooperação internacional visa apoiar Moçambique no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo o crescimento económico, a erradicação da pobreza, a protecção ambiental e a promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.
- Programas de capacitação e transferência de tecnologias sustentáveis, visando a protecção dos recursos naturais e a adopção de práticas económicas mais ecológicas, fazem parte dessa agenda.

ii. Redução da Pobreza e Desigualdade⁷³

- A cooperação tem como um dos principais objectivos combater a pobreza e reduzir as desigualdades no país, especialmente nas áreas rurais e nas populações mais vulneráveis.
- Isso é feito por meio de financiamentos e investimentos em programas sociais, criação de empregos e apoio a microempresas locais, além de projectos de inclusão social e económica.

iii. Fortalecimento da Governação e Instituições⁷⁴

- Outro objectivo importante é fortalecer as instituições governamentais e as capacidades administrativas do Estado moçambicano. Isso envolve a capacitação de servidores públicos, a melhoria da gestão financeira e a promoção de transparência e boa governação.

⁷²Governo de Moçambique. (2017). *Política Nacional de Cooperação Internacional (PNCI)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

⁷³ Ibidem

⁷⁴ Ibidem

- A cooperação também apoia reformas políticas e institucionais que possam melhorar o funcionamento do sistema democrático e jurídico, promovendo direitos humanos e a justiça social.

iv. Melhoria da Saúde e Educação⁷⁵

- A cooperação internacional tem um papel crucial na melhoria dos sistemas de saúde e educação de Moçambique. Projetos de apoio à prevenção e tratamento de doenças (como o HIV/SIDA e a malária), além de iniciativas para melhorar a qualidade da educação e aumentar o acesso a ela, são exemplos de áreas em que a cooperação tem impacto directo.
- Investir na formação de recursos humanos, seja por meio de bolsas de estudo ou programas de formação técnica, também é um objectivo central dessa cooperação.

v. Infraestrutura e Desenvolvimento Económico⁷⁶

- A construção e melhoria da infraestrutura (estradas, energia, telecomunicações, etc.) é outro objectivo fundamental. A cooperação internacional facilita o financiamento e a implementação de grandes projectos de infraestrutura, necessários para o desenvolvimento económico.
- Além disso, promove o fortalecimento do sector privado, a diversificação da economia e o aumento da competitividade de Moçambique no comércio regional e internacional.

vi. Promoção da Paz e Segurança⁷⁷

- A cooperação internacional também visa fortalecer a paz e a segurança no país, especialmente considerando os desafios internos, como os conflitos armados e os efeitos de desastres naturais. A CRM vislumbra este objectivo, no seu art. 22, onde reforça a sua política de paz, e o princípio do desarmamento geral e universal de todos os Estados.

⁷⁵Governo de Moçambique. (2017). *Política Nacional de Cooperação Internacional (PNCI)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

⁷⁶ Ibidem

⁷⁷ Ibidem

- Esse objectivo é cumprido com o apoio de organizações multilaterais (como a ONU e a SADC), que colaboram com Moçambique em áreas como desarmamento, construção da paz e prevenção de conflitos.

vii. Integração Regional e Internacional⁷⁸

- Outro objectivo relevante é a **integração regional e internacional de Moçambique**, promovendo sua participação activa em organizações internacionais e facilitando acordos bilaterais e multilaterais que beneficiem o país.
- O objectivo é criar uma **plataforma de desenvolvimento conjunto** com outros países da região e além, facilitando o comércio, a mobilidade e a colaboração em várias áreas.

viii. Adaptação às Mudanças Climáticas⁷⁹

- A cooperação internacional tem um foco crescente em apoiar Moçambique a lidar com os **efeitos das mudanças climáticas**, promovendo políticas de **mitigação e adaptação**.
- Isso envolve investimentos em tecnologias para a gestão de recursos hídricos, conservação de ecossistemas e a implementação de soluções para a agricultura sustentável, que são vitais para a segurança alimentar no país.

ix. Fortalecimento do Sector Privado e Empreendedorismo⁸⁰

- Outro objectivo fundamental é apoiar o **crescimento do sector privado** e a **promoção do empreendedorismo**, com foco na criação de um ambiente de negócios mais competitivo, transparente e sustentável.
- A cooperação visa fortalecer pequenas e médias empresas, promovendo a inclusão económica e a geração de emprego.

⁷⁸ Governo de Moçambique. (2017). *Política Nacional de Cooperação Internacional (PNCI)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

⁷⁹ Governo de Moçambique. (2017). *Política Nacional de Cooperação Internacional (PNCI)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

⁸⁰ Ibidem

Em resumo, a cooperação internacional de Moçambique busca apoiar a transformação do país, equilibrando o desenvolvimento económico com a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, sempre com foco na melhoria da qualidade de vida da sua população.

6.2. Principais Parceiros de Cooperação de Moçambique

Em Moçambique, os maiores parceiros de cooperação geralmente são países, organizações multilaterais e ONGs que contribuem para o desenvolvimento económico, social e infra-estrutural do país. Alguns dos principais doadores incluem⁸¹:

6.2.1. Países Tradicionais de Cooperação⁸²

- **Portugal:** Como ex-potência colonial, Portugal tem sido um dos maiores parceiros de cooperação de Moçambique. A relação bilateral abrange várias áreas, como educação, saúde, governança, infraestrutura e apoio ao sector privado. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) de Portugal também tem sido um pilar importante na assistência financeira e técnica.
- **Brasil:** O Brasil mantém uma cooperação estreita com Moçambique, principalmente no campo da agricultura, segurança alimentar, desenvolvimento rural e energia. Além disso, o Brasil tem apoiado Moçambique em áreas de saúde e educação, por meio de programas de intercâmbio e transferência de tecnologia, especialmente na agricultura familiar.
- **Estados Unidos:** A cooperação com os Estados Unidos é uma das mais significativas em termos de ajuda humanitária, saúde pública (com destaque para programas de combate ao HIV/SIDA), governação democrática e segurança. Os EUA são também parceiros em iniciativas de desenvolvimento do sector privado e capacitação institucional.
- **União Europeia:** A União Europeia é um dos maiores doadores de Moçambique, com um foco significativo no desenvolvimento sustentável, governação e direitos humanos. A cooperação da UE é particularmente forte em projectos de infraestrutura, desenvolvimento rural, educação e combate à pobreza.

⁸¹ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.23.

⁸² Ibidem.

6.2.2. Países Emergentes e de Cooperação Sul-Sul⁸³

- **China:** Nos últimos anos, a China tornou-se um dos principais parceiros de Moçambique, com uma forte presença em infraestrutura, energia (especialmente petróleo e gás), e construção de infraestrutura (estradas, pontes, portos). Além disso, a China tem investido na indústria e capacitação técnica em Moçambique, sendo um parceiro essencial na cooperação económica e comercial.
- **Índia:** A Índia tem um papel crescente na cooperação com Moçambique, com um foco em tecnologia agrícola, saúde (principalmente medicamentos e programas de saúde pública), educação, e energia renovável. A cooperação técnica e científica tem sido uma área de destaque.
- **Emirados Árabes Unidos (EAU):** Os Emirados Árabes Unidos têm investido em Moçambique em áreas como energia, infraestrutura e agricultura. Também têm se envolvido em ajuda humanitária e projectos de reconstrução em áreas afectadas por desastres naturais.

6.2.3. Organizações Multilaterais e Agências de Desenvolvimento⁸⁴

- **Nações Unidas (ONU):** A ONU, através de várias agências, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), UNICEF, OMS (Organização Mundial da Saúde), e UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), é um dos principais aliados de Moçambique no apoio a programas de desenvolvimento sustentável, saúde, educação, gênero e direitos humanos.
- **Banco Mundial:** O Banco Mundial tem sido um dos principais parceiros financeiros de Moçambique, com projectos significativos em áreas como infraestrutura, gestão de recursos naturais, energia e governança. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), também vinculado ao Banco Mundial, tem apoiado o sector agrícola do país.
- **Fundo Monetário Internacional (FMI):** Embora o FMI não seja um doador no sentido tradicional, ele fornece assistência financeira e apoio técnico, particularmente em questões de estabilização macroeconómica, especialmente em

⁸³ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.25.

⁸⁴ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.30.

momentos de reformas fiscais, gestão da dívida e política económica. O FMI tem oferecido orientação na implementação de políticas para promoção da estabilidade económica e crescimento sustentável.

- **Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID):** A USAID tem se concentrado em apoiar áreas como educação, saúde, segurança alimentar, e governação democrática. Programas como PEPFAR (Programa de Emergência do Presidente dos EUA para a Resposta ao HIV/SIDA) são exemplos de suas contribuições na área da saúde pública.
- **Banco Africano de Desenvolvimento (BAD):** O BAD tem sido um parceiro chave no financiamento de infraestruturas e projectos de desenvolvimento na África, incluindo Moçambique. Ele tem apoiado o país em projectos de infraestrutura energética, transporte e agricultura sustentável.

6.2.4. Organizações Regionais⁸⁵

- **Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC):** Moçambique é um membro activo da SADC, e a cooperação regional com esta organização é fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura transfronteiriça (estradas, portos e ferrovias), promoção do comércio regional e resolução de conflitos.
- **União Africana (UA):** Moçambique é um membro activo da União Africana e participa de várias iniciativas voltadas para a integração continental, paz e segurança e governação democrática. A UA tem sido um parceiro importante em iniciativas de desarmamento, mediação de conflitos e promoção de direitos humanos.
- **Banco de Desenvolvimento da SADC (SADC-DFB):** O Banco de Desenvolvimento da SADC tem apoiado Moçambique com financiamentos para projectos de infraestrutura e integração regional, bem como para iniciativas relacionadas à segurança alimentar e gestão de recursos naturais.

⁸⁵ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.33.

6.2.5. Outros Parceiros Importantes⁸⁶

- **Japão:** O Japão tem uma longa história de cooperação com Moçambique, especialmente em áreas de infraestrutura, educação e tecnologia. O Japão também apoia projectos de desenvolvimento agrícola e capacitação de recursos humanos.
- **Alemanha:** A Alemanha tem sido um parceiro importante em energia renovável, governação, e gestão ambiental. A cooperação inclui tanto financiamentos para projectos de infraestrutura verde como também apoio a reformas políticas.
- **Reino Unido (DFID)** – O Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) também tem sido um importante doador em áreas como saúde, educação e desenvolvimento social.

Moçambique tem uma rede de parceiros internacionais diversificada, o que lhe permite obter uma combinação de assistência financeira, técnica e estratégica para atingir seus objectivos de desenvolvimento. A cooperação com países desenvolvidos continua a ser importante, mas as parcerias sul-sul têm ganhado força, especialmente com países emergentes como China, Brasil e Índia. Além disso, as organizações multilaterais e regionais continuam a desempenhar um papel vital no apoio a áreas como segurança, desenvolvimento sustentável e governação.

Esses parceiros geralmente contribuem para projectos de longo prazo que buscam enfrentar desafios estruturais no país, como a pobreza, o acesso à educação e saúde, e o desenvolvimento sustentável.

7.0 A Influência da Cooperação para o Desenvolvimento Sócio Económico do País

Sem estabilidade económica não é possível crescer de forma sustentada. De acordo com o nosso estudo a estabilidade económica deve ser o principal objectivo a ser perseguido por um governo que tenha como meta acelerar o crescimento económico, no entanto a grande questão é a de saber como a cooperação internacional para o desenvolvimento afecta a estabilidade económica em Moçambique.

⁸⁶ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.35.

De acordo com o Director do Gabinete do ordenador nacional para cooperação Moçambique/ União Europeia⁸⁷, se os tantos acordos de cooperação fossem implementados correctamente como planeado, Moçambique estaria com uma economia igual a de Dubai ou de outros países considerados estáveis económica e financeiramente. Do nosso ponto de vista, acreditamos que a eficácia da CID contribuiria para uma economia melhor para Moçambique, no entanto não como a de Dubai desde logo pela grande economia do país os valores do PIB dos dois países não se comparam, no entanto entendemos aqui que o entrevistado apenas queria enfatizar a importância da eficácia e eficiência na implementação de projectos.

A questão que se levanta é a de saber onde Moçambique está a falhar, para que a cooperação internacional para o desenvolvimento não seja eficaz e eficiente?

O Director que acima referimos como nosso entrevistado, levanta três grandes problemas a respeito desta questão, **a primeira é a implementação dos projectos**, muitas vezes o dinheiro previsto no acordo de cooperação não chega efectivamente a ser recebido, outras vezes, apesar de estar previsto certa quantia no acordo de cooperação não há benefício directo para Moçambique, ou pelo menos, não como esperado, visto que apesar de ser Moçambique a receber, alguns financiadores ou doadores impõem certos condicionalismos que não dão o benefício esperado, a título de exemplo, normalmente para os projectos de cooperação o País financiador exige que a mão de obra tenha uma percentagem de trabalhadores do País financiador ou da Organização financiadora, e materialmente essa assistência técnica custa o equivalente a 20 ou 50 trabalhadores nacionais; o que permite diminuir o desemprego no País ou da Organização financiadora, e aumentar em Moçambique, aqui falasse da importância de analisar muito bem os ganhos e o benefício directo que o país pode deter com a cooperação.

Concordamos com este posicionamento, aliada a ideia de que o financiador ou doador ao fornecer dinheiro ou bens, também dita as regras para o mesmo uso, entendemos também que nem toda cooperação visa unicamente ajudar o país beneficiário.

⁸⁷ Entrevista com Mário Saraiva Ngwenya, Doutor. e Diplomata, Director ordenador nacional para cooperação Moçambique/ União Europeia.

Segundo, **a liderança dos acordos de cooperação**, muitas vezes a política de cooperação, nas normas do financiador permitem que o gestor de projecto seja também o responsável financeiro e este gere directamente as finanças, é o caso de alguns financiadores como o Banco Mundial, Banco Africano, entre outros, diferente da União Europeia onde os desembolsos não são feitos pelo gestor do projecto e sim pelo próprio Banco Europeu que emite os pagamentos mediante os relatórios de monitoria e avaliação, e as devidas facturas, tudo isto por causa das normas ou padrões na União Europeia.

Concluindo assim que nos casos em que o gestor de projecto tem acesso as finanças, ele pode promover acções que contribuem para o desvio de aplicação dos fundos do projecto, seja dando ordens ao seu contabilista para extrair valores para ajudas de custo, passagem em primeira classe sem necessidade, compra de viaturas, etc, coisas não previstas no âmbito do acordo, e que visam interesse privado e não o colectivo.

O terceiro aspecto está ligado a **dependência dos recursos externos** em todos os sectores, o que contribui para uma mentalidade colectiva ou cultural de pedintes, que visa interesses próprios e não colectivos. Nos últimos anos, ajuda externa tem representado 30 % e 40 %⁸⁸ do orçamento total do país, embora em alguns anos essa percentagem tenha sido maior, chegando a representar 50% do orçamento.

Historicamente, a ajuda externa chegou a representar mais de 50% do orçamento do Estado em Moçambique. Contudo, após o escândalo das "dívidas ocultas" revelado em 2016, houve uma retração significativa na ajuda internacional, com doadores como o FMI e o Banco Mundial a suspenderem temporariamente parte do financiamento direto ao governo. Com isso, a dependência de ajuda externa no orçamento reduziu-se para valores entre 30% a 40 % nos últimos anos, com algumas variações dependendo do ano e das circunstâncias económicas.

A actual percentagem pode variar anualmente, dependendo de vários factores, incluindo o nível de receita interna gerada e a confiança dos doadores internacionais. Em 2021, por exemplo, cerca de 30% do orçamento de Moçambique ainda era proveniente de doações e empréstimos internacionais, reflectindo um esforço contínuo para reduzir a dependência.

⁸⁸ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág. 77.

Sobre a instabilidade económica em Moçambique, verifica-se que o país aparece no novo século com uma imagem contraditória.

“Por um lado, pode ser caracterizado por baixo perfil nos indicadores socioeconómicos, altas taxas de pobreza, altos níveis de mortalidade infantil, elevados índices de prevalência do HIV-SIDA, altos índices de analfabetismo, fortemente dependente da ajuda externa e assolado pela crise da dívida. Por outro lado, Moçambique viveu um período de crescimento económico acelerado e passou a ocupar lugar de fornecedor global de matérias-primas.”⁸⁹

8.0 Relação entre a CID e a Estabilidade Económica em Moçambique

A relação entre a cooperação internacional para o desenvolvimento e a estabilidade económica em Moçambique é fundamental, visto que o país depende significativamente de assistência externa para financiar projectos de desenvolvimento, melhorar a infraestrutura, reduzir a pobreza e estimular o crescimento económico. Essa cooperação pode ter várias formas, como ajuda financeira, capacitação técnica e investimentos directos.

Aqui estão os principais pontos de como essa relação se manifesta:

i. Apoio ao Crescimento Económico: A cooperação internacional proporciona recursos financeiros e técnicos essenciais para sectores-chave da economia de Moçambique, como a agricultura⁹⁰, educação⁹¹, saúde⁹² e energia. Esses investimentos são cruciais para gerar empregos e melhorar as condições de vida da população, impactando positivamente a estabilidade económica.

ii. Infraestrutura e Serviços Públicos: A cooperação internacional também facilita a construção de infraestruturas básicas, como estradas, escolas e hospitais, que são necessários para o desenvolvimento económico sustentável. Uma infraestrutura forte permite o comércio, a mobilidade e o desenvolvimento industrial, o que contribui para uma

⁸⁹ BONELLI, Regis. (s/d) *Estabilidade Económica e o Financiamento do Desenvolvimento*, pág.465

⁹⁰ Contribuição para o Sector Agrícola: Nos últimos anos, cerca de 16,8% dos financiamentos externos alocados a Moçambique pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) foram direccionados para a agricultura. Esses recursos visam impulsionar a produtividade e promover práticas agrícolas inteligentes e sustentáveis.

⁹¹ Parceria com o Banco Mundial: Através do financiamento do Programa de Educação Básica, escolas foram construídas e professores treinados, aumentando a taxa de alfabetização em áreas rurais

⁹² Iniciativas Globais de Saúde: O apoio de organizações como a USAID e o Fundo Global ajudou a combater doenças como HIV/AIDS e malária, reduzindo custos para o sistema de saúde e melhorando a produtividade económica.

economia mais estável e resiliente. Para o caso de Moçambique temos como exemplo: Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN), projetado para melhorar a conectividade entre Moçambique, Malawi e outros países vizinhos, o projecto recebeu financiamento de instituições como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o governo japonês⁹³. A modernização da ferrovia e do porto de Nacala impulsionou o comércio regional, criando empregos e facilitando a exportação de produtos como carvão e tabaco.

A Ponte Maputo-Katembe, construída com financiamento chinês⁹⁴, esta ponte facilitou o transporte entre Maputo e o sul do país, promovendo o comércio e o turismo.

Reabilitação de Infraestruturas Pós-Ciclones, após os ciclones Idai e Kenneth (2019), o Banco Mundial, a União Europeia⁹⁵ e outros parceiros apoiaram projetos de reconstrução de estradas, escolas e hospitais destruídos. Melhorou a resiliência climática e restaurou serviços essenciais para milhares de comunidades afectadas.

Corredor de Desenvolvimento de Moatize-Nacala, uma linha ferroviária e o terminal portuário foram financiados por consórcios internacionais, liderados pela Vale S.A. e parceiros japoneses⁹⁶, este corredor é fundamental para o transporte de carvão da região de Moatize, melhorando a logística de exportação.

Expansão do Sector Energético, projectos hidrelétricos (como Cahora Bassa) e de gás natural receberam apoio financeiro de bancos multilaterais e empresas internacionais⁹⁷. Fornecem energia para Moçambique e países vizinhos, criando oportunidades de desenvolvimento industrial e rural.

iii. Redução da Dependência de Recursos Naturais: Moçambique é rico em recursos naturais, como gás natural e carvão, mas a dependência excessiva desses recursos pode gerar instabilidade económica devido às flutuações de preços no mercado global. A cooperação internacional ajuda a diversificar a economia, promovendo o desenvolvimento de outros sectores, como agricultura e manufactura.

iv. Fortalecimento das Instituições: A cooperação internacional, muitas vezes, inclui programas de fortalecimento institucional e governança. Uma governança eficaz é crucial para a estabilidade económica, já que políticas fiscais e monetárias adequadas,

⁹³ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág. 102.

⁹⁴ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág. 106.

⁹⁵ Ibidem

⁹⁶ Ibidem

⁹⁷ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), 140.

transparência e a redução da corrupção são essenciais para atrair investimentos e promover o crescimento económico sustentável. Em Moçambique manifesta-se através da Capacitação Institucional graças aos projectos de cooperação, treinamento de servidores públicos: Parcerias internacionais ajudam a qualificar funcionários em áreas como gestão pública, administração financeira e processos legislativos. Por exemplo, a União Europeia e o Banco Mundial oferecem treinamentos para fortalecer o desempenho do sector público em Moçambique⁹⁸. Modernização de sistemas: Projectos de cooperação introduzem tecnologias e práticas modernas, como sistemas digitais para registos civis, gestão de impostos e ainda processos eleitorais. Monitoramento externo: Agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)⁹⁹ frequentemente vinculam a assistência financeira à implementação de políticas de transparência e prestação de contas.

Apoio a órgãos fiscalizadores: Parcerias fortalecem instituições como tribunais, o tribunal administrativo, procuradorias, ajudando a garantir que os recursos públicos sejam bem utilizados.

v. Mitigação de Riscos e Crises: A cooperação internacional desempenha um papel importante em momentos de crise, como secas, inundações ou choques económicos globais, fornecendo assistência de emergência e suporte financeiro para mitigar os impactos económicos adversos. Isso contribui para a estabilidade social e económica, evitando que crises humanitárias e económicas se agravem. Em Moçambique manifesta-se com a distribuição de alimentos e água: Organizações como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) fornecem alimentos e assistência nutricional em crises.

- Abrigos temporários: Após ciclones como o Idai (2019) e o Freddy (2023), ONGs e agências internacionais forneceram tendas e materiais para reconstrução¹⁰⁰.
- Cuidados de saúde: Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a Cruz Vermelha auxiliam no tratamento de doenças que surgem após desastres, como cólera.

⁹⁸ Entrevista com Mário Saraiva Ngwenya, Diplomata

⁹⁹ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.30.

¹⁰⁰ Idem, pág.67.

vi. Alívio da Dívida e Reformas Económicas: Países parceiros e instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, muitas vezes oferecem alívio da dívida e exigem reformas económicas como parte da cooperação. Embora essas reformas possam ser desafiadoras no curto prazo, elas visam fortalecer a base económica de longo prazo e assegurar que Moçambique consiga atingir maior estabilidade económica e reduzir a vulnerabilidade a choques externos. Nos últimos anos, a cooperação internacional tem contribuído significativamente para aliviar a dívida de Moçambique por meio de acções como renegociações, financiamentos, e medidas de suporte técnico e fiscal. Abaixo estão alguns exemplos:

a) Renegociação de Dívidas e Trocas por Clima

- Trocas de dívida por ações climáticas: Moçambique firmou um acordo com a Bélgica em 2023 para converter 2,4 milhões¹⁰¹ de euros de sua dívida em investimentos em projetos climáticos. Esse modelo permite direcionar recursos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas enquanto reduz a pressão fiscal.

b) Apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI)

- Mecanismo de Crédito Alargado (ECF): Desde 2022, o FMI aprovou um programa de US\$ 456 milhões, dos quais US\$ 273 milhões¹⁰² já foram desembolsados até 2024. Este financiamento tem como objectivo ajudar Moçambique a consolidar suas finanças públicas e implementar reformas estruturais, incluindo maior transparência e controle dos gastos públicos.

8.1.Desvantagens que Afectam a Estabilidade Económica

A cooperação internacional para o desenvolvimento em Moçambique tem sido um elemento importante para o crescimento económico do país, mas também apresenta algumas desvantagens que podem afectar sua estabilidade económica a longo prazo.

¹⁰¹ Relatório Departamento de Cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023), pág.55.

¹⁰² Idem, pág.60.

Algumas dessas desvantagens incluem:

a) Dependência externa

A cooperação internacional pode criar uma dependência de ajuda externa. Quando um país se torna excessivamente dependente de doações ou empréstimos, pode ter dificuldades em desenvolver estruturas internas de financiamento sustentável, o que pode enfraquecer sua autonomia económica. Dependência externa em Moçambique se manifesta de várias maneiras, refletindo a estrutura histórica, política e económica do país. Aqui estão os principais aspectos:

i. Dependência de ajuda externa - Moçambique é um dos países mais dependentes de ajuda internacional no mundo. Organizações multilaterais, países doadores e ONGs fornecem uma parcela significativa dos recursos para:

- Orçamento do Estado: conforme afirmamos no capítulo anterior, uma grande parte das despesas públicas é financiada por doações e empréstimos.
- Infraestrutura e saúde: Projetos de construção, serviços médicos e programas educacionais muitas vezes dependem de fundos externos.

ii. Dívida externa - O país enfrenta altos níveis de dívida externa, agravados por escândalos como o das “dívidas ocultas” em 2016, que comprometeram sua credibilidade internacional e impactaram a economia.

iii. Dependência de importações

- Produtos alimentares: Apesar do potencial agrícola, Moçambique importa grandes quantidades de alimentos básicos, como arroz, trigo e óleo.
- Combustíveis e bens de consumo: A dependência de combustíveis e bens industrializados também evidencia fragilidades na produção local.

iv. Exploração de recursos naturais por multinacionais - O sector de recursos naturais (como carvão, gás natural e rubis) é dominado por empresas estrangeiras¹⁰³, isso gera receitas para o governo, mas boa parte dos lucros é enviada para fora, limitando os benefícios locais. A infraestrutura necessária para exportação (como portos e ferrovias) também é, frequentemente, financiada e controlada por actores externos.

v. Impacto da colonização e acordos pós-independência - Como bem referenciamos no primeiro capítulo, após a independência de Portugal em 1975, Moçambique herdou uma economia dependente de estruturas externas. Relações com ex-colonizadores e novos parceiros, como a China, influenciaram o desenvolvimento económico.

b) Distorção das prioridades locais

Muitos projetos de cooperação são definidos por doadores internacionais¹⁰⁴, que podem ter prioridades diferentes das reais necessidades de Moçambique. Isso pode levar a investimentos em sectores que não são prioritários para o país, resultando em uma utilização ineficaz dos recursos e falta de impacto positivo duradouro na economia.

Na prática, por exemplo a economia moçambicana tem se concentrado em megaprojectos de extração de recursos naturais, como gás natural e carvão. Embora esses projectos atraiam investimentos significativos, seus benefícios não se distribuem amplamente na população. A arrecadação fiscal ainda é limitada, e o impacto direto desses investimentos no bem-estar geral permanece marginal.

c) Condições e intervenções externas

A cooperação internacional muitas vezes vem acompanhada de condições impostas por doadores ou instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial¹⁰⁵. Essas condições podem forçar reformas económicas que, a curto prazo, podem resultar em austeridade e impacto negativo sobre a população, como a redução de subsídios ou cortes nos gastos públicos.

¹⁰³ Entrevista com Mário Saraiva Ngwenya, Diplomata

¹⁰⁴ Ibidem

¹⁰⁵ Ibidem

d) Vulnerabilidade às flutuações externas

A economia de Moçambique, ao depender de fluxos de ajuda externa, torna-se vulnerável às mudanças na economia global. Se os países doadores enfrentarem crises económicas, como recessões ou outras dificuldades, o fluxo de ajuda pode ser reduzido, causando instabilidade económica em Moçambique. São exemplos

- Exportações de carvão e gás natural: Moçambique depende da exportação de recursos naturais como carvão e gás. Quedas nos preços internacionais dessas *commodities* reduzem a receita do país, afectando investimentos e o orçamento público.
- Importação de combustíveis: Flutuações nos preços do petróleo impactam diretamente o custo de transporte e produção no país, aumentando o preço de bens e serviços.

Alterações nas políticas de doadores internacionais ou em instituições como o FMI afectam os fluxos de ajuda. A suspensão da ajuda após o escândalo das “dívidas ocultas” (2016) teve impacto significativo na economia.

- A guerra na Ucrânia¹⁰⁶ causou um aumento no preço dos alimentos (como trigo) e dos combustíveis, impactando diretamente o custo de vida em Moçambique.
- Crises globais afectam as cadeias de suprimentos, atrasando importações e elevando os preços internos.

Esses factores mostram como Moçambique, sendo um país com economia em desenvolvimento e dependente de mercados globais, é vulnerável às flutuações externas.

e) Fuga de capitais e corrupção

Em muitos casos, os fundos destinados à cooperação internacional podem ser mal geridos, levando à corrupção ou à má alocação de recursos. Isso pode resultar na fuga de capitais ou no financiamento de projectos que não beneficiam amplamente a população, minando a estabilidade económica. Um exemplo actual são os fundos de combate à COVID-19: Houve denúncias e relatórios claros do Tribunal Administrativo de falta de transparência no uso dos fundos internacionais destinados à luta contra a pandemia. Contratos foram atribuídos por ajuste direto, e os beneficiários finais muitas vezes permaneceram desconhecidos, levantando suspeitas de favorecimento e má gestão.

¹⁰⁶ Banco Mundial (2018). Mozambique Economic Update: Shifting to Inclusive Growth, 257.

f) Desincentivo ao desenvolvimento de capacidade local

Quando projectos de desenvolvimento são fortemente apoiados por *expertise* e mão-de-obra estrangeiras, isso pode limitar o desenvolvimento de capacidade técnica e institucional local. A falta de investimento em habilidades e conhecimento interno pode prejudicar a capacidade de Moçambique de manter projectos de forma sustentável após o fim da cooperação internacional. Um exemplo pratico em programas de ajuda, as empresas estrangeiras frequentemente têm prioridade sobre as nacionais na execução de projetos, o que dificulta o crescimento de capacidades locais e a competitividade das empresas moçambicanas. Isso perpetua um ciclo onde atores externos dominam sectores-chave da economia

Essas desvantagens podem comprometer a capacidade de Moçambique de construir uma base económica sólida e resiliente, colocando desafios à estabilidade económica a longo prazo.

Portanto, a cooperação internacional para o desenvolvimento é essencial para promover a estabilidade económica de Moçambique, ao fornecer os recursos, conhecimentos e apoio necessários para enfrentar desafios económicos, sociais e estruturais. Contudo, a sustentabilidade dessa estabilidade depende também de uma gestão interna eficaz, comprometida com reformas económicas e políticas de longo prazo.

9.0 Fiscalização dos Fundos Externos em Moçambique

Como vimos nas desvantagens relativas a CID para a estabilidade económica de Moçambique, os fundos destinados à cooperação internacional podem ser mal geridos, levando à corrupção¹⁰⁷ ou à má alocação ou desvio de fundos, daí importante falar dos meios de fiscalização dos fundos que Moçambique recebe dos parceiros de cooperação, para entender melhor a sua eficácia, a fiscalização dos fundos em Moçambique envolve

¹⁰⁷De acordo com o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2023, publicado pela Transparência Internacional, Moçambique ocupa a 147ª posição entre 180 países avaliados, com uma pontuação de 25 em uma escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito íntegro). Isso indica que o país está entre os mais corruptos do mundo. No contexto da África Subsaariana, Moçambique é classificado como o 35.º país mais corrupto entre 49 nações analisadas.

várias entidades e mecanismos, tanto nacionais quanto internacionais¹⁰⁸. No entanto, há desafios significativos na transparência e no uso eficiente desses recursos. Aqui estão os principais instrumentos de fiscalização:

a) Entidades Nacionais de Fiscalização

Tribunal Administrativo¹⁰⁹ (TA) é o Principal órgão de auditoria do Estado, fiscaliza a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), incluindo recursos externos. Publica anualmente o parecer sobre a Conta Geral do Estado, que avalia se os fundos foram utilizados conforme o planejado. Muitas vezes identifica irregularidades, mas suas recomendações nem sempre resultam em ações correctivas.

Inspeção-Geral das Finanças (IGF)¹¹⁰, actua no controlo interno do Ministério da Economia e Finanças, realiza auditorias e inspeções sobre a gestão financeira pública pode identificar má gestão ou uso indevido de fundos.

Assembleia da República (AR), a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) analisa o orçamento e pode fiscalizar o uso dos fundos. No entanto, sua capacidade fiscalizadora é limitada, muitas vezes devido à falta de independência política e técnica.

Procuradoria-Geral da República (PGR) e Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), investigam casos de corrupção e uso indevido de recursos. A PGR esteve envolvida na investigação do caso das Dívidas Ocultas, um dos maiores escândalos financeiros do país.

Banco de Moçambique, regula fluxos financeiros e pode identificar transações suspeitas. Trabalha com parceiros internacionais para combater o branqueamento de capitais.

¹⁰⁸ Nos últimos cinco anos, Moçambique perdeu um ponto no IPC, e, ao longo dos últimos 11 anos, a queda foi de seis pontos, reflectindo uma tendência negativa na percepção da corrupção no país.

¹⁰⁹ Art. 14 da Lei nº 7/2015, de 6 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica da Jurisdição Administrativa.

¹¹⁰ Alínea j) nº 1 do art.04 de Resolução nº3/2015, de 26 de Junho, que aprova Estatuto Orgânico da Inspeção Geral das Finanças.

b) Entidades Internacionais

Muitos dos parceiros internacionais que financiam Moçambique impõem mecanismos próprios de controlo. O que na nossa opinião é bom para fiscalização dos recursos externos, mas por outro lado alguns condicionalismos colocam em causa a independência na tomada de decisões relevantes, sobre o assunto veremos a materialização desta questão.

Auditorias externas: parceiros como o Banco Mundial, FMI e União Europeia exigem auditorias periódicas antes de desembolsar fundos adicionais (acordos de condicionalidade).

Empresas independentes realizam auditorias para verificar a conformidade com os acordos de financiamento.

c) Sociedade Civil e Imprensa

A fiscalização também depende de organizações independentes e da mídia:

- Centro de Integridade Pública (CIP) e outras ONGs monitoram gastos públicos e denunciam irregularidades.
- A imprensa independente expôs vários casos de corrupção, incluindo as Dívidas Ocultas e escândalos envolvendo compras governamentais.
- No entanto, jornalistas e activistas frequentemente enfrentam intimidações e restrições no seu trabalho.

São visíveis alguns constrangimentos durante a fiscalização dos recursos externos:

- Falta de transparência na prestação de contas;
- Corrupção e desvio de fundos;
- Dependência de auditorias externas;
- Fraca capacidade das instituições nacionais de fiscalização.

Nos últimos anos, escândalos como o das “Dívidas Ocultas” mostraram que há fragilidades no controlo desses fundos, levando alguns parceiros internacionais a suspender ou reduzir

a ajuda financeira a Moçambique. Daí a importância de reduzir ou mesmo acabar com a dependência dos recursos externos, investindo e impulsionando os recursos internos.

A fiscalização dos fundos que Moçambique recebe dos parceiros de cooperação é um processo complexo, envolvendo múltiplos actores nacionais e internacionais. Embora existam mecanismos institucionais para garantir a transparência e o uso correcto dos recursos, o país enfrenta desafios significativos relacionados à corrupção, falta de prestação de contas e deficiências na capacidade de fiscalização.

Em 2016, após o escândalo das Dívidas Ocultas, o FMI e outros doadores suspenderam o apoio directo ao orçamento do Estado, exigindo maior transparência, relatórios de desempenho. O governo deve apresentar relatórios sobre a execução dos fundos. Muitas vezes há atrasos ou inconsistências nesses relatórios, o que dificulta a fiscalização eficaz.

9.1 Desafios na Fiscalização

Mesmo com esses mecanismos, a fiscalização dos fundos externos enfrenta diversos desafios:

a) Corrupção e Falta de Prestação de Contas

- Casos de corrupção de alto nível dificultam a transparência.
- O escândalo das Dívidas Ocultas mostrou como altos funcionários do governo conseguiram ocultar empréstimos ilegais no valor de mais de 2 biliões de dólares, levando à suspensão da ajuda internacional.

b) Falta de Transparência

- Relatórios da sociedade civil mostram que o acesso a informações sobre gastos públicos ainda é limitado.
- O governo frequentemente publica dados financeiros de forma incompleta ou atrasada.

c) Dependência de Auditorias Externas

- A capacidade de fiscalização interna é fraca, tornando Moçambique dependente de auditorias feitas por parceiros internacionais.
- Isso cria um cenário em que problemas são identificados tarde demais, quando o dinheiro já foi desviado ou mal utilizado.

d) Influência Política sobre Órgãos de Fiscalização

- O Tribunal Administrativo e a Assembleia da República, apesar de serem órgãos fiscalizadores, são muitas vezes influenciados politicamente, o que reduz sua independência e eficácia.

Os Casos das *Dívidas Ocultas (2013-2016)* e da *Gestão do Fundo de Apoio ao COVID-19*, são exemplos mais recentes dos desafios na fiscalização do uso dos fundos decorrentes de actividades de cooperação internacional de Moçambique. Com efeito, no primeiro, funcionários do governo garantiram empréstimos secretos no valor de US\$ 2,2 biliões¹¹¹, sem aprovação da Assembleia da República. Os fundos foram desviados para fins privados e uma parte significativa não foi investida nos projectos prometidos. Quando o escândalo veio à tona os doadores internacionais suspenderam a ajuda e Moçambique entrou em crise financeira. No segundo caso, Moçambique recebeu milhões de dólares em ajuda para combater a pandemia¹¹². Relatórios da sociedade civil¹¹³ e do Tribunal Administrativo¹¹⁴ indicaram falta de transparência na aplicação desses fundos, consta do relatório do Tribunal Administrativo que houve uso indevido de fundos externos para gestão da pandemia da Covid-19 só a área da saúde foram 25 milhões de meticais gastos em despesas inelegíveis, alguns casos, houve compras superfaturadas de equipamentos médicos e desvios de recursos, e 100.1 milhões de meticais no processo de contratação paralelo, o que consubstancia infracção financeira.

Em síntese, apesar da existência de vários mecanismos de fiscalização, Moçambique ainda enfrenta desafios significativos na gestão dos fundos recebidos de parceiros internacionais.

¹¹¹ Tribunal Administrativo de Moçambique: Relatórios Anuais sobre a Conta Geral do Estado

¹¹² Ministério da Economia e Finanças de Moçambique: Relatório de Monitoria da Execução Financeira e Física dos Fundos Alocados em Resposta à Crise da COVID-19 em Moçambique (Março de 2020 a Dezembro de 2021).

¹¹³ Centro de Integridade Pública (CIP): Relatórios e Estudos sobre Transparência e Boa Governação

¹¹⁴ Tribunal Administrativo de Moçambique: Relatórios Anuais sobre a Conta Geral do Estado

A corrupção, a falta de transparência e a influência política sobre os órgãos fiscalizadores enfraquecem os controlos existentes.

Para melhorar a fiscalização, seria necessário:

- Fortalecer a independência das instituições de controlo.
- Melhorar o acesso público às informações sobre despesas governamentais.
- Aumentar a participação da sociedade civil e da imprensa no monitoramento dos fundos.
- Implementar sanções mais rigorosas para casos de corrupção.

Enquanto esses problemas persistirem, o risco de desvio de fundos continuará alto, afectando a credibilidade de Moçambique junto aos seus parceiros internacionais e prejudicando o desenvolvimento do país.

CONCLUSÕES

Em termos de conclusão podemos afirmar que Cooperação internacional para o desenvolvimento é o acto de mútua ajuda entre dois ou mais Estados ou organizações, para a finalidade de um objectivo comum, que pode ser das mais diversas espécies: políticos, culturais, estratégicos, humanitários. Em Moçambique a Constituição da República prevê a cooperação, no capítulo II, referente a política externa e Direito Internacional, artigos 17 e seguintes o que demonstra a importância da cooperação para o país, aliás desde antes da independência que a cooperação exerce um importante papel para economia do país, a título de exemplo, vimos que a cooperação já chegou a representar mais de 40% do orçamento do Estado em Moçambique.

A estrutura económica de Moçambique é caracterizada por ser extravertida, cujo crescimento depende de factores e de recursos externos, o que dificulta a estabilização da balança de pagamentos e coloca-a em situação de dependência e subalternidade, limitando os espaços de manobra para as políticas internas e a capacidade de controlo e gestão das variáveis exógenas.

Da nossa análise concluímos que, a cooperação para o desenvolvimento é, em grande medida, fundamental para estabilização da economia em Moçambique, pois a assistência externa permite financiar projectos de desenvolvimento nacional, melhora e aumenta infra-estruturas, melhora e cria serviços básicos e essenciais para população, e estimula o crescimento económico. Essa cooperação pode ter várias formas, como ajuda financeira, capacitação técnica e investimentos directos todos estes importantes para o desenvolvimento.

No entanto para esta cooperação ser de facto eficiente e eficaz, permitindo uma real estabilidade económica, é crucial, que haja maior e melhor gestão dos projectos de cooperação, onde o principal objectivo seja o interesse colectivo e não individual, é ainda necessário que a liderança do governo estude e avalie todo tipo de condicionalismo para celebração de um projecto ou acordo de cooperação para não frustrar as expectativas do país, outrossim, todo o apoio externo deveria contribuir para maior autonomia na produção interna do país em vários sectores, para que a dependência dos recursos externos no orçamento do Estado diminua significativamente.

RECOMENDAÇÕES

Na busca da estabilidade económica de Moçambique são celebrados inúmeros acordos de cooperação para o desenvolvimento, no entanto tal intenção apresenta alguns constrangimentos, tais como:

Défices na implementação dos acordos ou projectos de cooperação, má gestão ou má liderança dos projectos, falta de sustentabilidade dos projectos ou acordos de cooperação, demasiada dependência dos recursos externos.

E neste sentido propomos como possíveis soluções para estes constrangimentos:

Para **défices na implementação dos acordos ou projectos de cooperação**, o ideal é planejar, estudar muito bem o condicionalismo dos financiadores, para não correr o risco de celebrar acordos inviáveis, e que nem chegam a acontecer, é importante conhecer e avaliar a real intenção dos financiadores, para não aceitar qualquer que seja o acordo, e possa prejudicar a economia e as expectativas do país.

Quanto a **má gestão ou má liderança**, estamos falando aqui de acções que consubstanciam crimes, seja o crime de corrupção, seja desvios de fundos, abuso de cargo ou função, entre outros, pelo que, cabe uma acção repressiva que é a punição exemplar dos responsáveis que perpetuam tais crimes nos termos da lei, a outra acção é a preventiva, que passa por restringir o acesso ao dinheiro aos gestores de projecto, deixando que os próprios financiadores possam gerir a parte financeira, desembolsando o apenas e tão somente quando necessário. Moçambique precisa fortalecer suas instituições e melhorar a governança. Isso pode ser alcançado por meio de reformas institucionais que promovam a transparência, a prestação de contas e a luta contra a corrupção, capacitação de gestores públicos para melhorar a eficiência na implementação de políticas económicas e sociais.

Um governo mais eficiente e transparente é fundamental para atrair investimentos internos e externos, além de melhorar a gestão de recursos e projectos, garantindo maior independência na formulação de políticas económicas

Sobre a **sustentabilidade dos projectos de cooperação**, isto implica que haja desde a implementação do projecto uma estratégia fundamental, garantindo que os projectos financiados pela cooperação internacional sejam sustentáveis a longo prazo. Isso pode ser

feito por meio de: planejamento adequado, assegurando que os projectos possam ser mantidos após a saída dos doadores, com recursos internos ou através de parcerias público-privadas capacitação das instituições locais para assumir a gestão e a manutenção dos projectos, reduzindo a dependência de expertise externa. O benefício é que projectos sustentáveis garantem que os benefícios continuem mesmo sem financiamento externo, promovendo a estabilidade a longo prazo.

Dependência dos recursos externos, é necessário que o Estado não dependa apenas dos recursos externos, mas também que aumente e que haja diversificação das fontes de receita interna, já que as receitas fiscais por si só não são suficientes e bastantes para suportar as despesas do Estado. São alternativas reformas fiscais para aumentar a eficiência na colecta de impostos e combater a evasão fiscal. Expansão da base tributária, formalizando sectores da economia informal e implementando políticas fiscais mais inclusivas. Desenvolvimento de sectores produtivos, como agricultura, mineração e turismo, promovendo a criação de valor agregado local e aumentando as exportações.

Ao aumentar as receitas internas, Moçambique reduz a sua vulnerabilidade a mudanças nos fluxos de ajuda externa, ganhando maior autonomia na gestão do orçamento e no financiamento de projectos de desenvolvimento. Moçambique pode focar na industrialização e na agregação de valor aos seus produtos. Isso inclui: Desenvolver a capacidade de processamento local de recursos naturais, como gás, minerais e produtos agrícolas, em vez de exportar matérias-primas. Diversificar as exportações, promovendo o crescimento de sectores como manufatura leve e serviços, o que pode ajudar a estabilizar a economia. Ao criar mais valor internamente e diversificar a base económica, Moçambique pode aumentar a competitividade das suas exportações e gerar empregos, reduzindo os efeitos negativos da ajuda externa sobre a moeda. O governo moçambicano pode promover políticas de apoio ao sector privado local. Isso inclui: Facilitação do acesso ao crédito para pequenas e médias empresas (PMEs), permitindo que elas possam competir em igualdade de condições com empresas estrangeiras. Promoção do empreendedorismo e capacitação empresarial, ajudando a desenvolver uma cultura de inovação e eficiência no sector privado. Um sector privado robusto promove a criação de empregos, impulsiona o crescimento económico e reduz a dependência de empresas estrangeiras.

Outrossim, o governo pode promover parcerias público-privadas (PPP) para financiar projectos de desenvolvimento, reduzindo a dependência de doações ou empréstimos externos. Isso pode ser feito em áreas como infraestrutura, energia e telecomunicações.

Criação de um ambiente de negócios favorável, simplificando a burocracia e criando incentivos fiscais para atrair investidores privados. Regulação clara e transparente para garantir a confiança dos investidores e assegurar que as PPPs sejam benéficas para o desenvolvimento económico.

Como benefício as PPPs permitem que Moçambique continue a investir em infraestrutura e desenvolvimento sem depender exclusivamente de ajuda externa, ao mesmo tempo que aproveita a eficiência do sector privado.

Para lidar com as desigualdades regionais, o governo deve promover a descentralização dos investimentos, assegurando que todas as regiões se beneficiem do desenvolvimento económico. Isso pode ser feito por meio de: Incentivos ao investimento nas regiões mais desfavorecidas, como isenções fiscais e subsídios para atrair empresas e projectos de desenvolvimento. Apoio ao desenvolvimento rural, melhorando a infraestrutura e os serviços públicos fora das grandes cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DOUTRINA

- ABECASSIS, Fernando. (2010). *Análise Económica*, 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ABECASSIS, Fernando. (2010). *Análise Económica e Financeira de Projectos*. 6ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula, (2005). *Introdução a cooperação internacional para o desenvolvimento*, Revista Fórum, Lisboa.
- ALVARENGA, Estelbina Miranda. (2012). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa*, 2ª Ed. Paraguaí: Assunção.
- COSTA, J. Almeida e MELO, A. Sampaio, (1999). *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8ª Edição, Portugal: Porto Editora.
- CAMPOS, João Mota, *et all.* *Organizações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHIRICO, A. e Pimentel, L. (2020). *Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável: O Caso de Moçambique*. *Jornal de Estudos em Relações Internacionais*.
- FERNANDES, António José. (1991). *Relações Internacionais: Factos Teoria e Organizações*. Lisboa: Editorial Presença.
- FONSECA, Regina Célia Veiga da, (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. Curitiba: IESDE Brasil AS.
- GIL, António Carlos, (2002), *Como elaborar projectos de pesquisa*, 4ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A.
- LEITÃO, Simão Cardoso, *Apointamento sobre o Sistema de Cooperação para o Desenvolvimento a partir de Dados do Caso Moçambicano*.
- MANCCINI, Giulia, (2013), *cooperação internacional para o desenvolvimento: mecanismos, história e eficácia*.
- MARTINS & T. M. Fernandes (Org). *Manual de Cooperação para o Desenvolvimento*. Oeiras. INA Editora.
- MOSCA, João, (2005) *Economia de Moçambique: Século XX*. Instituto Piaget.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. (2011). *Como fazer projectos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 5ª ed. Rio Janeiro: Elsevier Editora Lda.
- OYA, Carlos (2007), *Stories of Rural Accumulation in Africa: Trajectories and Transitions Among Rural Capitalists in Mozambique*.
- Ribeiro, L. e Assunção, S. (2016), *A Cooperação Internacional em Moçambique: Desafios e Oportunidades*. *Revista de Estudos Africanos*.
- SAMUELSON Paul e NORDHAUS William, (2012) *Economia*, 19ª Ed., Porto Alegre: AMGH.
- SANGREMAN, Carlos (2009), *A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa*, Lisboa: CESA.

SACHS, Jeffrey (2015), *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.

SACHS, Jeffrey (2005), *The end of Poverty: Economic Possibilities for our time*. Penguin Press.

SILVA, Edima Aranha. (2001). *Evolução Histórica do Método Científico Desafios e Paradigmas para o Século XXI*.

SUFIANE, Assane (S/A). *Troca De Dívida Por Activos: Exemplo Da Dívida De Moçambique a Portugal*, (Sed).

TIBANA, Tony Hodges Roberto (2005). *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*, 1ª Ed., Principia.

TORRES, A. (2011). *Alguns problemas do Desenvolvimento*. In L. C., Rodrigues, J. F.

VASQUES, Sérgio, (1997). *A Integração Económica Africana*. Textos Fundamentais.

NETO, Walter António Desiderá, (2014). *A cooperação internacional para o desenvolvimento*, OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 13.

2. LEGISLAÇÃO

Nacional

Constituição da República de Moçambique de 2004, revista e republicada pela Lei nº 11/2023, de 23 de Agosto.

Lei nº 8/2015, de 06 de Outubro, que aprova Lei da Organização, Funcionamento e Processo da Secção de Contas Públicas do Tribunal Administrativo.

Lei nº 7/2015 de 6 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica da Jurisdição Administrativa.

3. SITES DE INTERNET

<https://www.questionpro.com.br>, acedido no dia 28 de Abril de 2022, pelas 12h <https://guiadamonografia.com.br/como-fazer-a-delimitacao-do-tema/>, consultado em 12 de Setembro de 2022, pelas 12:00h.

<https://blog.mettzer.com/problema-de-pesquisa/>, consultado em 12 de Setembro de 2022, pelas 13h.

<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-ddesenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>, consultado em 22 de Dezembro de 2024.

4. OUTROS

ALMEIDA, Elga Lessa, (2013) *O discurso Brasileiro para a cooperação em Moçambique: Existe ajuda desinteressada?*, Astrolabio.

Assembleia da República (2010). Programa Quinquenal do Governo para 2019-2020. Maputo, Versão electrónica.

Banco Mundial (2018). Mozambique Economic Update: Shifting to Inclusive Growth

BONELLI, Regis. (s/a) *Estabilidade económica e o financiamento do desenvolvimento*

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. (2017). *Política Nacional de Cooperação Internacional (PNCI)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

Relatório da Conta Geral do Estado do Tribunal Administrativo (2018-2020).

Relatório departamento de cooperação do Ministério da Economia e Finanças (2023).

Ministério da Economia e Finanças de Moçambique: Relatório de Monitoria da Execução Financeira e Física dos Fundos Alocados em Resposta à Crise da COVID-19 em Moçambique (Março de 2020 a Dezembro de 2021).

